

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA
REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO
DE 2026 -----**

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, António Carlos Saraiva Fernandes, Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis, Rui Manuel da Costa Melo, João José Pina Prata, Alexandra Isabel Santos Correia Isidro e António Hermínio Carvalho Monteirinho, Vereadores. -----

O Senhor Vereador Rui Manuel da Costa Melo esteve presente em videoconferência. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e quinze minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Alexandra Isabel Santos Correia Isidro, por não se encontrar presente na referida reunião. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. O senhor Vereador Rui Melo vai-nos acompanhar na reunião, via online. -----

Antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, tomámos a liberdade de enviar aquele ponto, se concordarem, para editarmos à ordem, e ficará depois no final da ordem de trabalhos. Muito obrigado. -----

No período antes da ordem do dia, dar aqui nota de algumas questões. O azeite Ethos, produzido no Vale do Mondego, na freguesia da Aldeia Viçosa, voltou a conquistar medalhas de ouro e de prata em concursos internacionais prestigiados no setor, realizados no Brasil e no Dubai, com as várias variedades que tem. Foi distinguido como um dos dez melhores azeites biológicos, tendo sido atribuída ainda a medalha de prata a algumas das suas variedades, e o mesmo tendo acontecido no concurso do Dubai, onde foi premiado com a medalha de ouro, naquele que é um evento de referência ao nível do azeite extra virgem.-----

Depois dizer que a Guarda quer ser Capital Portuguesa da Cultura em 2028. O município está a preparar a candidatura que pretende demonstrar a vitalidade do nosso concelho, a capacidade artística e criativa das nossas gentes. Esta candidatura será o reflexo da nossa identidade serrana, raiana, das memórias que guardamos e da modernidade a que aspiramos. A cultura é o que faz de nós o que somos e o sonho do que queremos vir a ser. Esta candidatura será mais forte se contar com a colaboração ativa de todos, se dermos a nossa opinião, preferências e expectativas. E, por isso, este inquérito foi enviado a toda a população para que possa contribuir para ajudar a enriquecer todo este processo de candidatura.-----

Depois dizer que continuamos, na Guarda, a bater recordes na recolha seletiva de biorresíduos, comprovando a crescente consciência cívica e a preocupação com o ambiente. Através do projeto Resto Zero, promovido pelo município, em julho foram recolhidas vinte e oito toneladas de biorresíduos, com a contribuição de mil

duzentos e cinquenta e cinco munícipes. Este gesto evita a deposição de biorresíduos em aterro, permitindo a sua reutilização e, naturalmente, a redução também na tarifa de resíduos na fatura da água. -----

Depois dizer que o concelho da Guarda tem cinco representantes nomeadas ao Prémio Praia Fluvial do Ano, uma iniciativa do Guia das Praias Fluviais que distingue anualmente as melhores zonas balneares do interior do país. As nossas praias candidatas são Valhelhas, Caldeirão, Quinta da Taberna, Videmonte, Aldeia Viçosa e Vale do Mondego. -----

E, por último, referir que o Município da Guarda tem, a partir de agora, disponível uma plataforma digital moderna que permite tratar de vários assuntos municipais sem necessidade de deslocação aos Paços do Concelho. Através dos serviços online, podem ser submetidos pedidos de forma cómoda e desmaterializada, acompanhar em tempo real o estado dos seus processos, consultar informação e documentação associada à sua atividade com o município, a qualquer hora e em qualquer lugar, tal como emitir plantas de localização de forma simples, rápida e autónoma. Esta plataforma integra a estratégia de modernização e inovação digital do Município da Guarda, promovendo um atendimento mais próximo, transparente e eficiente. Plataforma está que está na sua fase de implementação. -----

Documentos para conhecimento: receção provisória da empreitada - intervenção, infraestruturas e elementos danificados pelas intempéries de 2022 e 2023, nas freguesias da zona nascente do concelho. -----

E por agora é tudo. Senhor Vereador?-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Boa tarde, senhor Presidente, senhor Vice-Presidente, senhores Vereadores, senhoras e senhores Funcionários. A minha

intervenção no período de antes da ordem do dia teria dois assuntos com mais profundidade e colocar três ou quatro questões que me parecem importantes neste momento.-----

O primeiro assunto diria que é, inexplicavelmente, o desaparecimento das bicicletas e das trotinetes. Desconhecemos. Foi uma iniciativa que foi apresentada aqui na Guarda, concretamente aqui na Câmara Municipal, a falar sobre a modernidade e a mobilidade que a nossa cidade pretendia em termos de futuro, e de repente deixaram de existir. Não sabemos o que se passou, se houve uma quebra de contrato, se foi alguma questão relacionada com segurança, se não foi, mas gostaríamos de ter alguma resposta em relação a este assunto, que me parece pertinente. Isto chegou principalmente através dos jovens que utilizavam com alguma frequência para deslocações, e fizeram-nos sentir que, de um momento para o outro, deixou de existir este serviço. Portanto, senhor Presidente e senhores Vereadores, agradecia que pudessem responder a esta questão, que me parece bastante pertinente, sob o ponto de vista de não ter sido dada nenhuma explicação a partir do momento em que deixaram de existir. Eu, por acaso, já me tinha apercebido: na minha rua, de vez em quando, estavam lá algumas bicicletas e algumas trotinetes e de repente desapareceram. Foi quando também olhei para o assunto e compreendi que algo se teria passado. Portanto, gostaríamos de saber o que é que se passa em relação a este assunto. -----

O segundo assunto eu penso que já na última reunião tinha sido abordado, mas não poderia deixar também de falar nele, uma vez que, desde do dia 1 de agosto, o Instituto Politécnico da Guarda passou a Universidade Politécnica da Guarda. Portanto, em vez de termos um Presidente, temos um magnífico Reitor, com todas

as mudanças que acarreta esta transformação. Não podia deixar de elogiar essa transformação, que é importante para o nosso território e também importante para a nossa cidade. Mas, acima de tudo, não nos podemos esquecer de que isto é uma alteração de nome e que possibilita - e era já uma das possibilidades anteriormente referidas - ministrar os doutoramentos no âmbito desta instituição. Sabemos que no próximo ano vão funcionar, pelo menos, três doutoramentos e, portanto, assim sendo, não podia deixar de referir isto. Penso que há um apontamento pelo qual nós nos devemos debater, principalmente a Câmara, e também, evidentemente, a sociedade civil, em relação àquilo que tem sido uma discriminação litoral-interior. Quando se aumenta o número de vagas para o litoral e para o interior, no seu computo geral, e olhando para o território nacional, diríamos que é uma forma correta, mas temos de ter em consideração que existe uma capacidade de atratividade totalmente diferente entre aquilo que é o litoral e aquilo que é o interior. E isso poderá fazer com que, nos próximos anos, as condições de acesso ao ensino superior possam ter aqui uma diminuição significativa do número de alunos. E, assim sendo, parece-me que deveríamos tomar alguma posição em relação a isto, ou pelo menos acompanhar de uma forma mais próxima este assunto, que me parece extremamente importante, nomeadamente quando temos em desenvolvimento algumas infraestruturas para melhorar significativamente aquilo que é a Universidade Politécnica da Guarda, nomeadamente a questão que diz respeito à infraestrutura da escola de enfermagem, e, para além disso, também a questão relacionada com o aumento do número de camas disponibilizadas, nomeadamente no que diz respeito à nova residência que está em franco desenvolvimento. Portanto, não podia deixar também de fazer este louvor e relevar

este acontecimento, que é extremamente importante para a Guarda. Não sem antes também dizer claramente que estes acontecimentos que se verificaram no final do mês de julho e que se têm prolongado agora no mês de agosto, pelo menos no início do mês de agosto, nas condições de acesso ao ensino superior, têm criado aqui um conjunto de dificuldades acrescidas. E não podia deixar de salientar aquilo que tem sido a postura da comunidade escolar, e aqui refiro-me aos professores, aos diretores dos agrupamentos, aos professores, aos funcionários, aos alunos e aos familiares. Portanto, esta situação que aconteceu, que foi lamentável e que deu uma machadada grande naquilo que era um processo em que todos acreditavam, que no final teriam a nota justa e uma avaliação justa, e que ficou depauperado por aquilo que foi o desenvolvimento do governo do país e que trará, possivelmente, consequências na entrada dos alunos para o ensino superior.-----

Depois, as questões que gostaria de colocar, senhor Presidente, mais concretamente, era a questão relacionada com as comemorações dos cento e cinquenta anos do aniversário dos Bombeiros Voluntários da Guarda e se pensou o Executivo em atribuir algum subsídio extraordinário. Não coloco esta questão sabendo se a Associação Humanitária pediu ou não esse subsídio extraordinário. Não faço a mínima ideia. Mas sabendo que as comemorações se realizaram ontem e que, com toda a certeza, houve um avultado investimento por parte de uma associação que vive, e nós sabemos, com dificuldades financeiras, se efetivamente a câmara ponderou ou não dar algum subsídio extraordinário para fazer face àquilo que foram as despesas destas comemorações.-----

Depois, também não posso deixar de salientar, elogiar e relevar aquilo que foram as festas da cidade. As festas da cidade, pelo que foi a minha impressão, mas

também a impressão da maioria dos guardenses, correu da melhor forma e, portanto, quando assim é, também há que dizer à autarquia que efetivamente é uma aposta ganha. E todos nós sabemos, quem organiza este tipo de eventos, que as coisas vão melhorando com o passar do tempo. Portanto, no primeiro dia não correu tão bem, nos dias a seguir foi melhorando e penso que terminou em grande, as festas da cidade. Não posso é deixar de dizer, senhor Presidente, e isso parece-me óbvio, que continuamos a utilizar as infraestruturas que o Partido Socialista deixou para organizar este tipo de eventos, não é? Eu gostaria muito de hoje estar aqui a dizer que efetivamente os mandatos que se seguiram ao Partido Socialista criaram tantas infraestruturas que nós até temos dificuldade em escolher qual é a infraestrutura que vamos utilizar para realizar as festas da cidade. Portanto, também não podia deixar de dizer isso. Mas o que é relevante e de salientar é que foi uma aposta ganha, num espaço que não está destinado para esse efeito, mas que efetivamente se conseguiram criar as condições mínimas para concretizar aquilo que são as festas da cidade. Eu espero é que essa marca se possa manter, com algumas melhorias com o passar dos anos, evidentemente, e que possa ser uma mais-valia com capacidade de atratividade de outros públicos e de outras pessoas de outras regiões que possam participar. Também tive a oportunidade de encontrar jovens que estavam a acampar e que tinham vindo ver alguns concertos. Perguntei-lhes onde é que era o acampamento e disseram-me que era lá em baixo no Polis. Não sei se teriam as condições necessárias para fazer esse pernoitar, ou pelo menos essa deslocação para acompanhar as festas da cidade, mas pronto, salientou-se que pelo menos houve a participação de jovens de outras regiões que vieram para cá. Mas tem que haver uma resposta um bocadinho mais cuidadosa, para que não

saíam com a ideia de que, ao fim e ao cabo, esta organização parecia mais amadora do que profissional, porque não teriam as condições mínimas necessárias para o acampamento. Estariam acampados... com todas as regras? Não sei se teriam a possibilidade de ter as condições mínimas, usufruir de refeições e de espaços para fazer essas refeições, os cuidados de higiene. Eu, sinceramente, também admito, essa parte não tive oportunidade de ver; única e exclusivamente foi-me transmitido isso. Portanto, deixar aqui essa nota, se evidentemente estiver errado, vocês terão toda a oportunidade de esclarecer. -----

Mais dois apontamentos que gostaria de falar aqui e que têm a ver com uma nota de pesar pelo Sargento João Máximo, que era da GNR, mas tinha uma intervenção ativa em termos associativos e, portanto, sendo residente, ou pelo menos trabalhando na GNR da Guarda, sendo um servidor público, acho que também seria importante fazer essa nota de pesar, endereçando à respetiva família e a todos os amigos, as mais profundas condolências para este acontecimento. -----

Por último, também não podia deixar de dar os parabéns ao novo Diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional, o nosso Vereador João Prata. Desejo-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções. É um lugar relevante e, diria, estratégico também para a nossa região, no acompanhamento daqueles que tenham mais dificuldades em procurar e obter o emprego de que necessitam. E, portanto, publicamente, felicita-lo por esse novo cargo que agora vai desempenhar. -----

Também não podia deixar de felicitar publicamente aquele que foi designado para diretor delegado da APAL. Felicitar Manuel Fonseca e desejar sucesso no desempenho das suas funções, que possa melhorar e dar continuidade àquilo que são os bons serviços que a APAL deve prestar. E assim sendo, também não podia

deixar de o dizer: que os serviços sejam tão desenvolvidos e tão próximos do cidadão, e que possam responder cabalmente àquilo que têm sido algumas queixas dos serviços, que tem as suas dores numa fase inicial. Isso é evidente. Mas que possam responder cabalmente, que possam fazer candidaturas, que possam melhorar este serviço e baixar também o preço da água, evidentemente.-----

Portanto, senhor Presidente, eram estas as anotações que queria deixar, não sem pedir desculpa por chegar atrasado, mas ainda entrei dentro quarto de hora académico. Muito obrigado, senhor Presidente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Não se preocupe, nós também tínhamos chegado um ou dois minutos antes. Portanto, muito obrigado. Senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito boa tarde, senhores Vereadores, Técnicos da Câmara que aqui acompanham reunião da Câmara Municipal da Guarda. Uma primeira palavra de agradecimento ao senhor Vereador António Monteirinho em relação aos votos que desejou. Tentaremos, obviamente, cumprir aquilo que está determinado, sempre uma casa aberta para auxiliar a resolver os problemas das organizações que trabalham com essa instituição. E procuremos, naquilo que é possível, tentar inovar alguma coisa com as regras que estão, para tentarmos também fazer as nossas apostas mais ao nível local. O Instituto de Emprego tem hoje uma estruturação diferente do que tinha antes, acompanha as comunidades intermunicipais. Antes era de cariz distrital, agora é com as CIM’s e trabalharemos, obviamente, como já se tem trabalhado com os municípios, mas agora numa lógica de comunidade intermunicipal, e veremos o que se consegue fazer. Mas quero agradecer-lhe as suas palavras.-----

Já agora, aproveitar para me associar à referência que fez das festas da cidade. Ficámos satisfeitos com a opção de a organização das festas decorrer no Parque Urbano do Rio Diz. Isso foi também uma sugestão nossa. Aliás, já para a noite de fim de ano tínhamos essa sugestão. Parece-nos que, em relação à Praça Luís de Camões e à zona Histórica, deve ser pensada, ponderada, outro tipo de iniciativas que se ajustem mais ao local, mas que provoquem, digamos assim, e dinamizem o envolvimento dos cidadãos, como já aconteceu aqui há uns anos atrás e não acontece ultimamente. Esperamos que haja essa reflexão, mesmo em relação à organização das festas da cidade. Volto a dizer: na nossa opinião estiveram bem, houve bastante participação da população. Foi essencialmente uma festa da juventude. O primeiro dia seria um espetáculo mais eclético. O último dia também poderemos considerar assim, na ótica daquilo que é a música comercial. Parece-me que seguramente a equipa da câmara está de parabéns, quer os senhores Vereadores que lideraram a organização, quer os funcionários e os técnicos da câmara que acompanharam este processo. Parece-nos que, provavelmente, mais à frente o senhor Presidente e os senhores Vereadores mais responsáveis por este setor, apresentarão também as suas sugestões para algumas alterações, ao nível daquilo que é o espaço onde é realizado o conjunto das atividades alusivas aos festejos, quer a duração, quer outros elementos importantes para que o programa, primeiro o programa das atividades e depois o decurso da própria atividade, possa naturalmente corresponder a algumas lacunas, não no sentido negativo, mas no sentido de melhorar aquilo que foi feito. Os Vereadores do PSD cá estarão, também, na altura, quando a câmara entender e após fazerem seguramente a reflexão, e é a primeira questão que eu queria colocar: se realmente já houve algum

tempo para refletirem sobre aquilo que se passou, ou aquilo que ainda poderemos vir a melhorar. Seguramente são muitas coisas, mas o senhor Presidente, se assim entender, é um trabalho interessante. Aliás, a alteração que nós já aqui evidenciamos em relação à Feira Farta significa que houve trabalho de reflexão, ponderação e acolhimento de sugestões até de cidadãos da Guarda. O mesmo pode acontecer também em relação ao modelo das festas da cidade, sendo que nós claramente achamos que aquele local é o mais adequado. O sistema de transportes da Guarda para Guarda-Gare, digamos assim, enfim, é algo que pode ser ponderado no futuro. -----

Depois dizer que respeito a opinião do senhor Vereador António Monteiro em relação às questões da educação. Foi um processo algo complexo e complicado. Demorou algum tempo a encarrear, mas tanto quanto julgo saber, as coisas estão a decorrer bem melhor nesta segunda fase e as notas saíram. Estão apenas pendentes, se é que ainda estão, algumas reapreciações. Mas dizer-lhe que temos já neste momento mais dez mil estudantes candidatos ao ensino superior. Ou seja, por esta altura estão cerca de sessenta mil candidatos, o que representa um aumento de 22,8% em relação à taxa do ano passado. Significa que, apesar dos constrangimentos, que não se podem negar, como é evidente, houve um esforço muito grande do Governo de Portugal, não só do senhor Ministro, mas de toda a sua equipa e de todos os colaboradores, professores, o próprio ministério e obviamente de todos os agrupamentos para que não se descambassem mais e, pelo contrário, voltássemos a encontrar a linha certa e o rumo correto, porque nenhuma nota vai ficar pendente e nenhum aluno vai ficar prejudicado. Ainda que tenha havido alguns ligeiros atrasos e alguns problemas, não vamos dizer que foram

simples porque não foram, mas, de todas as formas, termos já sessenta mil candidatos, atualmente, neste dia, é sinal de que as coisas estão no bom caminho. E é isso que nós temos que valorizar, sem esquecer aquilo que correu menos bem e que precisa de ser naturalmente melhorado e reforçado. -----

Queria também congratular-me com a atividade do dia de ontem em relação à comemoração dos 150 anos da nossa Associação Humanitária de Bombeiros. Apreciei as intervenções, particularmente do senhor Presidente da República, Dr. António José Seguro, bem como do senhor Secretário de Estado e de todos os intervenientes que usaram da palavra naquela sessão, incluindo o Presidente da Câmara, como é evidente, e o Presidente da Direção dos Bombeiros. E, portanto, espero, sinceramente, conforme nós adiantámos aqui há quinze dias, que haja uma palavra, um apoio financeiro extraordinário para que a primeira ambulância possa ser adquirida sem necessidade de recurso a crédito ou sem maiores dificuldades, porque uma ambulância, pelo que eu percebi nestes últimos tempos, não é suficiente e precisarão de outra. Mas reiteramos aquilo que referimos na outra sessão. -----

Mais duas questões, senhor Presidente. Eu reuni com a Junta de Freguesia das Panoias, voltei a verificar o estado da casa do senhor Manuel Lopes Teixeira e dizer-lhe, senhor Presidente, que a câmara já devia ter feito algo. E eu gostaria de questioná-lo, porque é tão simples quanto isto, senhor Presidente: não é normal ver uma pessoa de cadeira de rodas, sem os membros inferiores, a ter que subir escadas de granito com uma corda e ter que descer pelas cordas. Não é normal que isso aconteça, não pode acontecer. Obviamente que há muitas situações debilitantes no nosso concelho, como noutros concelhos. Não é só na nossa cidade nem nas nossas

freguesias, mas é uma situação deplorável e que, pelo que eu percebi na volta, na reunião que fiz depois de estar aqui na reunião de Câmara, fiz questão, já lá tinha ido verificar, mas quis aquilatar algumas das questões que o senhor Presidente aqui lançou e que não correspondem totalmente àquilo que mencionou. Mas é palavra contra palavra e, portanto, eu aqui me fico. Mas há uma coisa em que não me posso ficar: a Câmara Municipal da Guarda deve responder o mais depressa possível. A Junta de Freguesia e os cidadãos daquela freguesia estão a trabalhar para esse efeito. Mas só eles não têm que fazer isso. Só eles não devem fazer isso. Se até formos à lógica das competências, não são da Junta, não são da comunidade, mas também são da Junta e são da comunidade. Mas verdadeiramente são da Câmara Municipal da Guarda. E eu percebo que não há possibilidade de responder a tudo, mas, nesta circunstância, senhor Presidente, é uma questão claramente humanitária que a Câmara Municipal deve responder o mais depressa possível e deve articular com a Junta de Freguesia. Deve articular com o senhor Presidente da Junta e com o Executivo da Junta um apoio extraordinário para que aquela fraca residência, neste momento, possa ter condições para que uma pessoa que anda em cadeira de rodas, sem os membros inferiores, possa entrar e sair de casa e ter as mínimas condições. Não é correto e pelos vistos isto já se prolonga há anos, não é de agora. -----

Mais duas questões apenas, senhor Presidente. Quero-lhe agradecer o envio da documentação em relação à empresa Biometano Cosmos. Também referir no outro dia que a câmara já tinha dado parecer sobre as linhas de muito alta tensão. Eu procurei no site da câmara, mas não vi lá. Mas ia-lhe sugerir, senhor Presidente, que nesta questão das linhas de muito alta tensão, que pudesse divulgar publicamente qual foi o parecer da Câmara Municipal da Guarda. Depois de vir

desta reunião, fui verificar alguns sites e já lá estão. Posso dizer, por exemplo, a Câmara de Évora. Há mais, mas lembro-me da Câmara de Évora porque foi um parecer que achei interessante. Está publicitado e, portanto, está ao conhecimento de todos. E julgo que também o senhor Presidente da Câmara não tem nenhuma objeção a que seja conhecido o parecer da nossa Câmara Municipal em relação àquilo que é este megaprojeto europeu, não é só nacional, e era bom que nós conhecêssemos esse parecer. Em relação à empresa Biometano Cosmos, seguramente, como já referi há quinze dias, mas trarei mais informação proximamente, há pelo país intenção de fazer este investimento; não é só no país, é na Europa, e ninguém está contra o investimento, mas era bom que pudesse ser mais debatida publicamente esta questão do biometano, da central de biometano. Por aqui me fico, mas já o frisei há quinze dias. Agradeço o envio da documentação. Adiante falaremos sobre esse documento que nos enviou, noutra oportunidade. Mas, em relação ao investimento concreto, julgo que deveria haver algum debate público e uma informação mais clara aos cidadãos, sabendo de antemão que ainda, enfim, não sabemos bem o estado de maturação deste processo. Mas, para já, me fico. A minha colega, também irá usar da palavra. Obrigado, senhor Presidente.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Muito obrigada. Boa tarde, senhor Presidente, senhores Vereadores, Técnicos da Autarquia. Eu gostava, em primeiro lugar, também de me associar às palavras do Vereador António Montejunho, relativamente à questão da mudança do Instituto Politécnico da Guarda para Universidade Politécnica da Guarda, o que decorre também de um processo de legislação e de revisão do estatuto do ensino superior. Reiterar também aqui a

importância desta mudança e esperar que, de facto, isto signifique que a Universidade Politécnica capitalize mais estudantes, capitalize mais gente e que contribua para o desenvolvimento da cidade. Esse é o nosso desejo. Importa aqui referir sobretudo a questão dos doutoramentos que vão passar a ser possibilitados pela Universidade Politécnica, mas que é alavancada também em centros de investigação. Ou seja, estes doutoramentos e esta mudança que ocorreu do Instituto Politécnico da Guarda para Universidade Politécnica resultou, de facto, de uma acreditação positiva por parte da A3ES, que acreditou, sem reservas, o Instituto Politécnico da Guarda e que valorizou o trabalho dos centros de investigação, nomeadamente os três centros de investigação que vão servir de base científica também para os doutoramentos. E esse é um trabalho que não é de agora, já vem sendo feito há muitos anos. Eventualmente, o instituto politécnico, na altura, e agora a Universidade Politécnica, às vezes trabalha muito para dentro, e esse é um dos problemas que nós verificamos aqui na cidade. A cidade não tem noção daquilo que se faz no instituto politécnico, nem da capacidade científica. Isto foi um caso em concreto, portanto, quer estes centros de investigação, que ao longo dos anos têm vindo a desenvolver um projeto, um trabalho meritório, foram agora fundamentais para alavancar também esta mudança do Instituto Politécnico da Guarda para a Universidade Politécnica. Portanto, deixar aqui uma palavra de satisfação por esta mudança e desejar os maiores votos de sucesso para a nova Universidade Politécnica, que será também o sucesso da Guarda no seu todo. -----

Eu deixava aqui uma questão, porque depois também vou falar no primeiro ponto, relativamente à candidatura da Capital Portuguesa da Cultura, e deixava uma questão, senhor Presidente, que nós já tivemos oportunidade de perguntar em duas

reuniões anteriores, nomeadamente na reunião de 10 de fevereiro e na reunião de 28 de abril, e que ainda não nos foram respondidas. Portanto, é um esclarecimento que tem a ver com a Carta da Paisagem da Guarda, que é o tal projeto de inventariação e salvaguarda do património cultural e material, e, pela sua relevância neste momento no processo de candidatura para Capital Portuguesa da Cultura, pergunto se o projeto que foi adjudicado em janeiro de 2026 ao antropólogo Paulo Lima, se já se iniciou, se já está no terreno e qual o ponto de situação. Nós perguntámos nessas duas ocasiões, em fevereiro e abril, qual o ponto da situação do contrato de 2020 e também perguntámos, na altura, a razão do aumento de 171% no custo do novo contrato, que ascende a 67 mil euros. Não está aqui em causa nem o projeto nem o contrato em si. Queremos apenas este esclarecimento e, sobretudo, nesta altura em que estamos a trabalhar para a candidatura da Guarda Capital Portuguesa da Cultura, saber se, de facto, este projeto já está no terreno. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Bom, sobre o referido, senhor Vereador António Monteirinho, a questão das bicicletas e das trotinetas, o projeto-piloto chegou ao fim e, portanto, está a ser lançado um concurso público para que possa o mercado agora responder, naturalmente. Não sei, senhor Vereador Rui Melo, tem já mais alguma indicação sobre isto ou não? Se ele nos estiver a ouvir...” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Sim. Aquilo que disse corresponde à realidade. A empresa esteve num projeto piloto. O projeto piloto terminou e estamos agora em condições de lançar um novo procedimento de uma hasta pública para concessão do espaço público, licença de ocupação do espaço público. Vamos ver como é que

o mercado reage. Se bem que também existe uma série de cidades que estão a abandonar este modo de deslocação e, portanto, se calhar era conveniente o Executivo pensar se este foi um projeto piloto que deve merecer a continuidade numa situação mais definitiva, perante a experiência que se obteve durante este período. De facto, algumas cidades estão a abandonar este modo de deslocação porque, de facto, no mercado, as trotinetes têm um custo cada vez menor, são mais fáceis de adquirir e é sempre mais fácil responsabilizar o utilizador proprietário do que o utilizador que aluga uma trotinete. E, portanto, apesar de termos em calha um processo de adjudicação em hasta pública da licença de ocupação do espaço público para modos suaves, era se calhar hoje uma oportunidade de nos pronunciarmos sobre o futuro. Obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Bom, não sei se os senhores têm alguma opinião, mas o concurso está a ser lançado. Vamos ver como é que o mercado reage. Sabemos que isto tem um custo de manutenção algo elevado, mas vamos ver como é que o mercado reage a tudo isto e depois a seu tempo falaremos. Esperemos que o mercado reaja, e depois se tivermos de incutir mais algumas questões, fá-lo-emos certamente. Agora, o importante é que o mercado reaja em relação a isso, porque não pode ser a Câmara Municipal a subsidiar este tipo de mobilidade, tal como já existe noutras cidades, como disse o senhor Vereador. Portanto, vamos ver como é que o mercado reage a este concurso. -----

Sobre a Universidade Politécnica da Guarda, na última reunião de câmara tivemos a oportunidade de falar sobre isso. Foi um caminho muito meritório, muito bem feito ao longo de anos, com os doutoramentos, com os centros de investigação, e naturalmente, desde a primeira hora, que acompanhamos este processo. A questão

falada sobre as vagas do litoral/interior, é um processo que nos preocupa a todos. Já não é de agora, é desde há alguns anos quando foram alteradas algumas regras. Inclusive, houve até uma legislação que prevalecia algumas vagas no litoral em detrimento do interior. E esperemos que o país olhe para isto como uma grande oportunidade para que haja verdadeira equidade no tratamento destas questões. E equidade é tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente, naturalmente. Esperemos que isso possa acontecer ao longo de todo este processo que agora se inicia no dia 1 de agosto e que vá sendo amadurecido de uma forma gradual. -----

Sobre a questão das comemorações dos 150 anos dos Bombeiros Voluntários da Guarda que ainda decorrem, ontem foi a sessão solene, mas devemos enaltecer todo o programa desenhado pela Comissão Executiva, validado pela Comissão de Honra, nós estamos numa e noutra, e, naturalmente, acompanhamos desde a primeira hora. O município, não tendo dado nenhum subsídio extraordinário, senhor Vereador, já acompanhou muitas despesas indiretas em relação a isto. Uns bons milhares de euros que já acompanhamos. De outra forma não poderia ser feito porque, de facto, são 150 anos e certamente que nenhum de nós voltará a ver mais 150 anos, a menos que a ciência evolua muito. Mas temos que acompanhar e estamos continuamente a acompanhar estas comemorações que certamente ficarão na história da nossa cidade. -----

Sobre a questão das festas da cidade, agradecer naturalmente as vossas considerações, mas só dar aqui uma nota, senhor Vereador: as infraestruturas construídas foram construídas com dinheiro do erário público municipal e nacional, com o programa Polis. Porque, senão, daqui a pouco, quem esteve na governação nos últimos doze anos, seja oito anos de governação PSD, seja quatro anos da

nossa governação, já vamos a caminho do quinto, amanhã também vamos dizer: “Esta obra foi nossa!”; não, esta obra é da Guarda. Foi a Guarda que a aprovou, que a validou, que a construiu. O senhor Vereador tem o hábito de dizer isso. As obras não são do A, do B e do C. São da região, são da Guarda, são do país, são do mundo, se quisermos. E por isso elas existem para ser bem fruídas. Isso é que importa salientar. E honra a quem fez essas obras, como outras, à época, como nos últimos doze anos outras foram sendo feitas e outras serão feitas, certamente, no futuro. É claro que há sempre melhorias a terem que ser feitas, da análise ponderada de todas as situações. Claro que sim. Depois de um evento desta natureza, desta dimensão, desta envergadura, vários balanços já têm sido feitos, precisamente para termos um processo de melhoria contínua, também neste que é um serviço ao cidadão, naturalmente. -----

Acompanhamos a nota de pesar do falecimento trágico, naturalmente, do militar da GNR. Uma verdadeira tragédia. E mais do que isto não sei, não consigo dizer, quando a vida é ceifada desta forma tão precoce e com um futuro tão promissor pela frente. -----

Naturalmente, associar-me também a parabenizar o senhor Vereador pelas novas funções de Diretor do Instituto de Emprego e Formação Profissional da Região Beiras e Serra da Estrela, agora neste novo figurino. -----

Depois, sobre outras questões que tenham aqui sido referenciadas. Sobre a questão das Panóias, do Valcovo, duas ou três notas. Segundo o que nós conseguimos apurar, entretanto, porque o processo dentro da Autarquia está a evoluir, a casa não é propriedade da pessoa em causa. Vamos ver como é que isto se resolve. Perceber estas questões da propriedade é uma chatice porque, a certa altura, gasta-se mais

dinheiro nos papéis do que vale a própria casa. Isto já não é a primeira vez que acontece, já tivemos um outro caso há uns anos noutra freguesia do concelho. Vamos ver como é que esta situação se resolve, esperemos que a propriedade seja mesmo dele e que seja apenas uma questão de regularizar a propriedade. É isso que falta esclarecer. Dizer que as pessoas, tal como eu disse na última reunião, quando tomam uma determinada decisão sem ter retaguarda familiar, deviam ser conscientes com aquilo que fazem. Como já referi na última reunião de Câmara, quis abandonar a instituição sem ter a retaguarda salvaguardada e as pessoas têm que ser responsáveis por isso. Bom, mas ultrapassado isso, tal como eu disse também na última reunião onde isto foi falado, nós estamos neste momento a executar obras em três habitações similares no concelho. Quando estas tiverem prontas e executadas, e estas questões todas estiverem ultrapassadas (porque essa é uma daquelas que poderá eventualmente ser também intervencionada, no futuro), ultrapassadas estas dificuldades que eu acabei de referenciar, a Divisão da Ação Social está a acompanhar o assunto... Aliás, a senhora Chefe de Divisão não está, está em período de férias, mas pediu inclusive a marcação de uma vistoria ao local com todas as entidades responsáveis, Segurança Social, Saúde Pública, enfim, para poderem ser acauteladas todas as situações. -----

Depois, sobre aquela questão que referiu, dos pareceres. Não são linhas de alta tensão, senhor Vereador, são zonas de aceleração de energia. Não são linhas de alta tensão, isso foi outra questão que bem sabemos o que é que se passou o ano passado. Este acelerador, que nós emitimos o nosso parecer, está no portal Participa. Podem ver no portal Participa aquilo que foi a posição do Município da Guarda. Devo dizer que tenho falado com alguns colegas da região e do país sobre

esta matéria e, de facto, os pareceres têm sido de todo o tipo. Temos é que salvaguardar aquilo que são as condicionantes do nosso território. Nós não devemos ter este tipo de investimento em zonas cultiváveis, onde a agricultura é fértil. Isto olhando àquilo que nós vemos acontecer pela A23 abaixo: todos nós temos a mesma opinião, é um erro, para não dizer outro adjetivo, aquilo que foi lá feito numa zona de regadio, onde nós, cidadãos, investimos milhões de euros no regadio, e agora, por baixo do regadio, o que temos é painéis para regar. Também precisam de ser lavados, mas de certeza que não foi esse o fim. Devem ser colocados nas zonas mais inóspitas. Eu dou o exemplo de um parque solar que está prestes a ser concluído aqui no nosso concelho, paredes meias com as freguesias de João Antão, Santana da Azinha e Benespera. Ninguém dá conta dele. Está construído numa zona totalmente inóspita. É um parque solar que é a hibridização dos parques eólicos, é paredes meias com isso. Aquele é o bom exemplo: uma zona onde não havia nada a não ser pedras e mato e colocaram lá um parque solar. Esse é um bom exemplo, não é só para Guarda, é para o país. Acredito que haja mais custos para implementar um parque solar dessa natureza, mas nós achamos que esse é o caminho que deve ser feito, e salvaguardar, naturalmente, independentemente das percentagens que depois falam do território de cada município, mas nós colocamos o nosso parecer no portal Participa. -----

Sobre a questão do biometano. Bom, a informação que nós temos é aquela que os senhores têm e não há mais nenhuma. Isto é um processo longo. Isto foi apenas o início de um processo. Não passa de uma mera intenção neste momento. É preciso agora fazer o caminho do licenciamento, conforme eu já referi, urbanístico, ambiental. Bom, é um calvário de licenciamento destas coisas; se o é no caso dos

parques solares e eólicos, no biometano ainda é mais. E por isso ainda há muito pela frente. Não temos mais nenhuma informação, mas naturalmente iremos acompanhar todo esse processo de perto. -----

Sobre a questão da carta da paisagem, a carta da paisagem está em desenvolvimento. O contrato recente foi adjudicado e está em evolução. O técnico em causa, o especialista em causa, está a fazer esse processo. O primeiro contrato não chegou a ser concluído nem executado na sua plenitude; pelo contrário, aliás, não foi fácil voltar a retomar esse processo. Não foi fácil porque ele ficou parado durante anos. Erradamente, mas ficou. Mas também por culpa do próprio, que tem mil e um afazeres e depois algo fica para trás, não é? Em função daquilo que foram as propostas apresentadas, fez-se a adjudicação e esperemos que, com a evolução que o próprio fez na metodologia, no número de recursos afetos, enfim, em tudo isso, esperemos que, no curto/médio prazo, possa ser concluído esse processo, para depois passarmos à fase seguinte e registarmos aquilo que tivermos que registrar, depois de apurarmos aquilo que é o seu verdadeiro conteúdo sobre esse ponto de vista. Claro que todos nós podemos ter e temos as nossas opiniões, mas este especialista irá naturalmente extrair de todo este processo aquilo que são as mais-valias para podermos registar os mais diversos produtos, mais materiais ou mais imateriais que eles sejam.-----

Mais alguma questão?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, só em relação à questão das trotinetes e das bicicletas deste projeto-piloto, só dizer o seguinte: para emitirmos uma opinião também devíamos, se é que assim o entendem, ter um relatório, pelo menos da utilização, do número de horas, para depois podermos,

também... se eventualmente avançarem com a hasta pública, de certeza que vocês apresentarão esses dados para nós depois decidirmos. Só chamar a atenção para isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Fomo-nos todos apercebendo do que ia acontecendo no dia a dia. Havia zonas com mais utilização e outras com menos utilização; os atos de vandalismo em que as bicicletas sozinhas iam parar às linhas de água e afins. Não é só aqui que acontece, acontece em todos os lados. Mas sim, esse relatório tem toda a pertinência.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Em relação à questão da casa do Valcovo, pela informação que me foi transmitida, a casa está em nome deste senhor, pelo que eu ouvi dizer lá. Não tenho os papéis. Senhor Presidente se tiver os papéis depois apresento-os. Mas, na verdade, ali foi dito que a casa, neste momento, já está em nome dessa pessoa que precisa. Depois, em relação à questão que refere, de sair da instituição sem ter retaguarda, o senhor ainda está dentro das faculdades dele. Não tem nenhuma limitação cognitiva do ponto de vista da tomada de decisão, se quer ou não quer ficar. E, depois, estava numa instituição, tanto quanto me foi dado a entender, em que as pessoas não podem lá permanecer todo o tempo. Foi esta a informação que eu recolhi. Admito que possa estar enganado, mas, na verdade, foi isso que me foi dito. A única coisa que volto a dizer e que enfatizo: eu julgo que a Câmara tem uma obrigação superior, como noutros casos, mas naquele também, de o mais rapidamente possível conversar com a Junta de Freguesia para que as obras possam ser realizadas num curto espaço de tempo. Não é agradável perceber que alguém que não tem os membros inferiores e anda de cadeira de rodas sobe e desce as escadas com cordas. Mas enfim, é apenas para lhe dar esta indicação: parece-me

que é urgentíssimo que a Câmara tenha uma atitude mais proativa do que estar a aguardar mais isto e mais aquilo. Eu compreendo, se a casa não for realmente da pessoa, é um figurino indiferente. Mas, pelo que me foi transmitido lá, esse assunto já foi tratado. Em relação ainda às festas da cidade, compreendo, foi há pouco tempo, mas não acrescentou se já há contas das festas da cidade e se já nos pode dar alguma indicação do que é que significou a bilheteira do conjunto dos espetáculos. É só isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom, senhor Vereador, sobre essa questão do Valcovo, no ano passado houve vários telefonemas, inclusive comigo e com os serviços, com o senhor Presidente de Junta de Freguesia e sei bem a opinião dele sobre esse processo, que me transmitiu a mim e aos serviços. Mas eu pedia ao senhor Chefe de Divisão de Equipamentos para nos clarificar esta questão da propriedade, enfim, e as outras questões que vocês verificaram no local. Assim, muito sucintamente, se faz o favor.”-----

- **Ricardo Amaral, Chefe de Divisão de Equipamentos e Infraestruturas:** “Boa tarde. Foi feita uma visita técnica, há cerca de quinze dias, pela DEI e a casa não estava no nome dele. Existem comprovativos de que a casa é, julgo eu, do primo dele. Relativamente à habitação, é, digamos, um palheiro. Não reúne as condições de habitabilidade, seja de rede de águas e de saneamento. Por isso a habitação, mesmo efetuando algum melhoramento, não vai reunir as condições de habitabilidade. A Junta retirou o telhado existente e colocou um painel sanduíche, onde não tem as mínimas condições.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Chefe de Divisão, o que eu pedia é que telefone à senhora Chefe de Divisão da Ação Social, para ver de que forma é que

nós conseguimos. Se é uma questão financeira ou se é uma questão do foro jurídico ou legal para que a habitação seja colocada em nome dele. São questões diferentes. Uma coisa é o dinheiro que resolve, outra coisa é a lei que resolve. E aqui temos que saber como é que isso se faz. Mas fale com ela rapidamente. Mesmo estando em período de férias, tem de falar com ela sobre esse processo, para tomarmos atempadamente as decisões que tivermos que tomar. Naturalmente, nós não podemos fazer intervenções em locais que não sejam dos próprios. Aliás, estas três intervenções que eu disse que estão a ser feitas no concelho, estão comprovadamente em nome dessas pessoas. Mas vamos clarificar isso rapidamente e de que forma é que nós podemos começar a agilizar essa legalização.” -----

- **António Fernandes, Vereador:** “Boa tarde. Só para acrescentar que eu estive a acompanhar esse processo também. Efetivamente, os comprovativos que temos é que quer a casa, quer o terreno envolvente não são do próprio, o que limita em muito a capacidade de atuação do município. Inclusivamente, ponderámos a possibilidade de, numa situação de emergência, ser colocado um contentor/habitação para resolver a situação, mas mesmo a propriedade não está em nome dele. Portanto, temos que salvaguardar sempre a titularidade da propriedade para que possamos depois fazer uma intervenção, ou naquele local ou paralelo. Eu acho que o grande problema, neste momento, é conseguir a titularidade dessa habitação e depois, a partir daí, com as diversas entidades, fazer a respetiva intervenção urgente, porque efetivamente consideramos que é urgente essa intervenção. Mas estamos limitados às condições legais da titularidade do espaço.”

- **João Prata, Vereador:** “Desculpe, em relação às festas da cidade, não há nenhuma informação da bilheteira?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. Para já, não.” -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

– Auto de Receção Provisória da Empreitada “Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos danificados pelas Intempéries de 2022/2023 nas Freguesias da Zona Nascente do Concelho.” -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA CARTA DE COMPROMISSO A INTEGRAR A CANDIDATURA DA GUARDA A CAPITAL PORTUGUESA DA CULTURA 2028 -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 65/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que a Cultura constitui um dos pilares fundamentais da identidade coletiva, da coesão social, da preservação da memória e da valorização do património material e imaterial de um território, assumindo um papel determinante no desenvolvimento humano, social, económico e cultural das comunidades; -----

Considerando que a Guarda possui um património histórico, artístico, cultural e etnográfico de reconhecido valor, cuja riqueza resulta também do trabalho permanente desenvolvido pelas associações culturais, recreativas, artísticas e patrimoniais, bem como por todos os agentes culturais que, ao longo dos anos, têm contribuído para preservar, promover e afirmar a identidade do concelho; -----

Considerando que a candidatura da Guarda a Capital Portuguesa da Cultura 2028 constitui um desígnio estratégico para o Município e uma oportunidade única para

afirmar a Guarda como território de cultura, criatividade, conhecimento, inovação e participação, reforçando a sua projeção nacional e valorizando as suas singularidades;-----

Considerando que a concretização desta candidatura exige o envolvimento de toda a comunidade, das instituições, das associações, dos agentes culturais, das entidades públicas e privadas e dos cidadãos, sendo fundamental transmitir uma mensagem clara de união, compromisso e mobilização coletiva; -----

Considerando que a Câmara Municipal da Guarda, enquanto órgão executivo do Município, tem a responsabilidade de assumir um papel agregador, promovendo uma visão comum e afirmando a Cultura como um fator essencial de desenvolvimento, coesão territorial, valorização das pessoas e construção do futuro do concelho; -----

Considerando que a união de todo o Executivo Municipal em torno da candidatura da Guarda a Capital Portuguesa da Cultura 2028 constitui uma demonstração de responsabilidade, compromisso e confiança num projeto coletivo, capaz de congrega diferentes sensibilidades em torno de um objetivo maior: afirmar a Guarda através da Cultura; -----

Considerando que importa formalizar este compromisso através de uma Carta de Compromisso subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo Senhor Vice-Presidente e pelos Senhores Vereadores, enquanto manifestação conjunta da vontade de apoiar, promover e valorizar esta candidatura; -----

Considerando, por fim, que a candidatura da Guarda a Capital Portuguesa da Cultura 2028 representa uma oportunidade histórica para valorizar o património, a

criatividade, os talentos locais e o movimento cultural do concelho, afirmando a Cultura como elemento de identidade, união e futuro;-----

Tenho a honra de propor que este Órgão Executivo se digne deliberar: -----

1. Aprovar a Carta de Compromisso anexa à presente proposta, a qual será subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo Senhor Vice-Presidente e pelos Senhores Vereadores, como expressão de um compromisso conjunto em torno da candidatura da Guarda a Capital Portuguesa da Cultura 2028; -----

2. Determinar que a Carta de Compromisso integre o processo oficial da candidatura da Guarda a Capital Portuguesa da Cultura 2028, constituindo uma manifestação formal da união do Executivo Municipal, do seu compromisso com a Cultura e da sua determinação em contribuir para o sucesso deste desígnio estratégico para o concelho.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, em relação a este ponto, o Partido Socialista já manifestou na última reunião e voltará aqui a reafirmar aquilo que disse: estará com a candidatura da Câmara da Guarda a Capital Portuguesa da Cultura 2028. Portanto, esta é, digamos, uma carta de conforto para manifestar o apoio da candidatura e o Partido Socialista votará favoravelmente. Mas, senhor Presidente, entenda a minha intervenção, não sob o ponto de vista de uma crítica destrutiva, mas do ponto de vista de uma crítica construtiva e de alguém que está aqui a discutir um assunto e alertar a Câmara da Guarda e principalmente os decisores políticos para que possam arrepiar caminho, digamos assim, e que possam colocar esta candidatura naquilo que deve ser uma candidatura vitoriosa. E

eu começaria por dizer, senhor presidente, que tem que haver aqui algum rigor neste documento. Eu não estou a dizer que está mal ou que deixa de estar. Não, rigor. A candidatura é a candidatura a Capital Portuguesa da Cultura 2028, não é a Capital Nacional da Cultura 2028, e isso consta em diversos sítios desta carta de conforto. Portanto, há aqui, digamos, um erro que pode ser até irrelevante, mas que, de alguma forma, demonstra alguma falta de rigor. E, portanto, eu começaria por isso. Não interpretem mal isto que eu estou a dizer, mas é a realidade. A candidatura é: Capital Portuguesa da Cultura 2028 e não Capital Nacional da Cultura 2028. No documento está essa designação que não está correta. Depois, senhor Presidente, colocar aqui duas ou três questões que me parecem óbvias. O Executivo pede que os partidos políticos, neste caso os Vereadores, que assinem esta carta de conforto. E muito bem, o Partido Socialista já disse que sim. Mas gostaríamos de obter aqui alguns esclarecimentos para que a discussão possa fluir de uma forma diferente. Eu começaria por dizer que não nos foi falado em nenhum orçamento. Quer dizer, nós estamos aqui um bocadinho às cegas. É que se vocês me disserem assim: “isto é uma candidatura que vai custar 1 milhão de euros”, o Partido Socialista terá uma opinião totalmente diferente se nos disserem que vai custar 200 ou 300 mil euros. Eu penso que isso é um fator importante. Porque gastar 1 milhão de euros numa candidatura em que falta um mês e meio para apresentar, estamos praticamente em cima do tempo, é gastar uma verba significativa. Se calhar o Partido Socialista teria uma opinião diferente se dissermos que vamos gastar uma verba totalmente diferente, apesar de o dinheiro valer o que vale. Portanto, se tem uma ideia de quanto é que isso poderá custar, para nós também percecionarmos aquilo que é esta candidatura. Depois, há aqui

quatro ou cinco coisas, senhor Presidente, que gostaríamos de ver esclarecidas. Ainda não nos explicaram, pelo menos ainda não ouvi, qual é que é a organização, como é que está feita a organização da candidatura. Ou seja, quem é que é? Há uma comissão para liderar esta candidatura? Quem é que são os funcionários que são intervenientes? E para além da empresa que nós sabemos que foi contratada para redigir o documento, baseado na discussão que tem sido feita com alguns agentes culturais e por aí for, prevê contratar mais empresas? Prevê contratar outros intervenientes que possam dar um contributo positivo para que essa candidatura possa singrar? E há aqui mais duas ou três questões que me parecem óbvias. Eu, pelo menos, também já me apercebi. A gente vai acompanhando o dia a dia daquilo que é o trabalho da autarquia; também é o nosso compromisso com o eleitorado ir acompanhando, sabendo aquilo que se passa. E nós percebemos que já existem algumas reuniões no terreno, eu penso que será com as Juntas de Freguesia, com agentes culturais, com cidadãos que tenham currículo relevante nesta área e que possam dar um contributo mais específico sobre determinadas áreas daquilo que vai ser a apresentação da candidatura, dentro da área cultural, evidentemente. Mas gostaria de saber se nos pode dizer qual é essa nomenclatura em termos organizativos, se efetivamente vão recorrer a mais empresas ou se é só esta empresa. Portanto, estas dúvidas assolam-nos e não poderia deixar de as dizer, porque, vamos lá ver, os rumores também fazem parte daquilo que é a construção das estruturas e daquilo que é a ação política. E, portanto, em primeiro lugar, eu não conheço o currículo dessa empresa. Eu parto do princípio que os decisores políticos analisaram o currículo da empresa e chegaram à conclusão que era uma empresa capaz para desempenhar estas funções. Não sei se é verdade. Eu ponho

muitas dúvidas, pelo valor que apresentaram para fazer esta candidatura. 18 mil euros parece-me um valor mesmo muito irrisório para fazer uma candidatura desta envergadura. Até poderei estar errado. Espero estar errado e espero que no final possamos todos, mais uma vez, dar os parabéns ao Executivo Municipal. E depois, os rumores, como eu estava a dizer, também temos que analisar e também temos que relevar: a empresa é da Covilhã e parece que há aqui uma aproximação daquilo que é a candidatura, porque a Covilhã também faz parte da candidatura... Bom, a minha preocupação é a seguinte: com toda a certeza que este Executivo Municipal acautelou o conflito de interesses. Pronto, isso é que é relevante para mim. E para esclarecer, porque, daqui a amanhã, não venham depois dizer que houve uma participação, mas ao fim e ao cabo, por baixo da mesa, passavam as informações para que outros ficassem melhor colocados do que nós. E eu alertava para que essa situação não aconteça. E tenho a certeza que vocês tiveram esse cuidado de acautelar esses conflitos de interesse. Portanto, há aqui um conjunto de perguntas que me parecem essenciais para que os Vereadores também possam transmitir com mais confiança e com mais convicção aquilo que é a candidatura. Quando nós olhamos para este tipo de processos, sei que às vezes quem está no processo de decisão, diz assim: “mas agora vêm aqui os Vereadores a colocar este conjunto de perguntas... Se calhar, se não fizessemos nada, não tinham colocado essas perguntas.” Mas vocês decidiram fazê-lo, e bem, no meu entender, essa candidatura. Acho que vem um bocadinho tarde, mas esqueçamos isso. Vocês são capazes de recuperar o tempo perdido e, portanto, de fazer a candidatura. Mas a nossa missão também é esclarecer aquilo que é a opinião pública. E o Partido Socialista, e eu, em concreto, ao estarmos a levantar estas questões, não visa, isto

que fique claro, não visa dizer que manifestamos reservas. Não manifestamos nenhuma reserva. O que nós queremos é que se possa, convictamente, manifestar o apoio total. Mas para isso precisamos de mais alguns dados. E dizer, eventualmente, que em vez de irem tanto para a direita, (direita entre comas, não é direita ideológica nem esquerda ideológica), que invertessem o caminho e fossem mais no centro. Ou seja, que aquilo que são as vossas decisões, ao transmitirem-nos a nós próprios e àqueles que são os decisores políticos, possamos partilhar também outro tipo de discussão para enveredar por uma candidatura que possa sair vencedora e sair certa. Portanto, senhor Presidente, sobre esta matéria, voltando a evidenciar que o Partido Socialista votará favoravelmente, deixava aqui esta nuance da questão de que não é capital nacional, é capital portuguesa. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Senhores Vereadores?” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Muito obrigada. Relativamente a este assunto, em primeiro lugar começo por manifestar a nossa estranheza dos Vereadores da coligação Guarda com Ambição por nos ter apresentado esta carta sem sequer ter havido uma reunião prévia com todos os Vereadores. E quando digo todos os Vereadores, somos todo o Executivo: o senhor Presidente, os Vereadores com pelouro e os Vereadores da oposição. Se bem se recordam, foram os Vereadores da coligação Guarda com Ambição que fizeram a apresentação desta proposta e congratulamo-nos pelo facto de o Executivo ter avançado com ela. Portanto, no dia 11 de maio sugerimos que a Guarda apresentasse a sua candidatura, mas queremos participar ativamente, senhor Presidente. Nós congratulamo-nos com esta decisão, mas nós queremos participar porque acreditamos convictamente que a Guarda tem

condições para ser vencedora. Foi público que houve reuniões e o senhor Vereador António Monteiro já o exprimiu, reuniões de apresentação da candidatura, onde estiveram os consultores da empresa contratada, juntas de freguesia, associações. Acho que era crucial ter informado ou convidado os senhores Vereadores para estarem presentes. Não foi assim. Referem aqui, e eu agora passo a ler aqui um bocadinho da carta de compromisso que nos pedem para assinar: “Os Vereadores da Câmara Municipal subscrevem esta carta num espírito de convergência institucional e democrática,” – muito bem – “respeitando a pluralidade de opiniões, a autonomia política de cada eleito e a diversidade de perspetivas existentes no órgão. Mais consideramos que o respeito por essa pluralidade não diminui a força da candidatura; pelo contrário, reforça-a, demonstrando que a cultura pode constituir um espaço de encontro, diálogo e construção comum.” Senhor Presidente, há aqui uma incoerência entre aquilo que se diz na carta e aquilo que é a prática. É caso para dizer: bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz. Um processo que se quer participado, inclusivo e mobilizador deveria começar, primeiro, na nossa opinião, por agregar todo o Executivo. Estranhámos que os consultores não tenham sugerido reunir com todos os Vereadores. Aqui chegados, e manifestando desde já o nosso desagrado por esta situação, passamos à fase seguinte e, perante a proposta de carta que nos é apresentada, eu vou fazer algumas considerações e algumas sugestões de melhoria, porque acho que ela é passível de ser melhorada. Do aviso de abertura do concurso publicado, destacamos três pontos-chave que devem estar expressos na candidatura e nos documentos associados: o tal conceito-base, primeiro, o lema, digamos assim, da própria candidatura, que deve refletir o carácter diferenciador; a estratégia cultural

municipal existente e a qualidade, a autenticidade, a coerência e a inovação da proposta. Isto são critérios do aviso. Efetivamente, se nós fizermos aqui uma análise, a carta está redigida de acordo com os critérios do aviso de concurso, é certo, mas com uma adaptação mínima àquilo que é a grelha de avaliação das propostas. Parece-nos, senhor Presidente, que está aqui uma carta com serviços mínimos. Parece-me, serviços mínimos, apesar de toda a capacidade e experiência dos técnicos do município. A carta apresentada é demasiado genérica. Os considerandos e os conteúdos podem ser aplicados a qualquer cidade. Façam esse exercício: tirem o nome Guarda da carta e coloquem Bragança, Castelo Branco, Portalegre. É exatamente igual. Tem toda a lógica e toda a coerência. Não há aqui qualquer elemento distintivo da nossa candidatura, Guarda. Na carta em concreto, não consta o lema, o tal conceito-base da candidatura. Presumimos, de acordo com aquilo que lemos na comunicação social, que será, senhor Presidente, Cidade Guardiã. Pelo menos é aquilo que lemos. Se assim é, porque a razão não está expressa na carta este lema da candidatura? Fala-se genericamente na montanha, na fronteira, na raia, na cooperação ibérica, mas não menciona aqui exemplos concretos de instituições, práticas, lugares ou projetos culturais. Não se refere o histórico do investimento sustentado na área da cultura ao longo de mais de duas décadas - equipamentos, projetos inovadores, atividade associativa - demonstrando que esta candidatura não surge do nada; ela é antes um prosseguir natural de um caminho que aposta na cultura como fator de desenvolvimento. Dou-lhe aqui um exemplo, senhor Presidente, senhores Vereadores. Tive a oportunidade de analisar a carta de Setúbal, que também vai ser candidata a Capital Portuguesa da Cultura. Há, naturalmente, paralelismos. Se na Guarda dizemos que a cultura deve ser

espaço de encontro e construção comum, Setúbal diz que é uma candidatura aberta, participada e mobilizadora. A Guarda aposta na memória, no património e na paisagem, Setúbal na cidade de criação, memória, património e contemporaneidade. A Guarda valoriza os agentes locais, Setúbal valoriza quem trabalha diariamente pela cultura. A Guarda inclui as escolas, as instituições, associações e comunidades, e Setúbal inclui as escolas, coletividades, bairros e comunidades. Poderia prosseguir. Mas Setúbal incorpora no texto uma maior territorialização, mencionando o Sado, a Arrábida, o Moscatel, os equipamentos. Senhor Presidente, o que é que Setúbal tem mais do que a Guarda? Nada, a não ser eventualmente os javalis nas praias da Arrábida, que agora andam lá frequentemente. Este exemplo, e estou aqui a brincar, obviamente, mas este exemplo serve apenas para reforçar a necessidade de incorporar na proposta elementos identitários e autênticos. Refiro alguns, que deixo a título de sugestão e que, no nosso entender, devem ser incluídos: o património histórico edificado - a Sé Catedral, as fortalezas, a judiaria enquanto marca distintiva de defesa, força e carácter; os excelentes equipamentos culturais - o TMG, o Museu, a Biblioteca, os espaços culturais nas Freguesias de Famalicão e de Gonçalo, por exemplo; a integração do TMG e do Museu nas redes nacionais, na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e na Rede Portuguesa de Museus; a rede cultural e criativa de abrangência concelhia, ligando a cidade às freguesias rurais; o projeto da Orquestra Académica Filarmónica Portuguesa e as iniciativas distintivas, como os Summer Camps, que todos os anos se realizam; o legado de Eduardo Lourenço, mentor do Centro de Estudos Ibéricos e patrono da Biblioteca Municipal que acolhe um património material inestimável e único, como sabemos, mais de oito

mil e quinhentos livros da biblioteca pessoal, doados pelo pensador, e que permitem conhecer melhor o homem e a obra; a singularidade de uma associação como o Centro de Estudos Ibéricos, agregando três instituições de ensino superior e uma autarquia desde 2001, e o seu percurso constante e reconhecido de vinte e cinco anos de cooperação transfronteiriça; o forte tecido associativo histórico e o histórico de participação das associações e freguesias em projetos de envolvimento comunitário; as práticas artesanais ancestrais, com destaque para o cobertor de papa e a cestaria fina de Gonçalo; o projeto dos festivais de cultura popular; a Carta da Paisagem da Guarda, que falámos há pouco, projeto de inventariação e salvaguarda do património cultural imaterial, que está em curso, conforme disse; os fatores distintivos e valorizadores Geopark Estrela e Reserva da Biosfera da UNESCO; e os projetos culturais com escolas e instituições, teatro na escola, projetos de inclusão e participação, serviço educativo sério e consolidado. São sugestões de melhoria, senhor Presidente, construtivas para que esta carta de compromisso seja verdadeiramente uma carta participada, discutida, aberta e com contributos vários. Temos tempo para fazer estas alterações. Estamos disponíveis, da nossa parte, os Vereadores da coligação Guarda com Ambição, para reunir com a senhora Vereadora da Cultura e com os consultores contratados para o efeito. A competição vai ser feroz para este título, sabemos-lo bem pela quantidade de cidades que já manifestaram intenção de candidatura. Por isso, temos todos que unir esforços no sentido de construir uma candidatura forte, bem elaborada e que nos orgulhe a todos. Estamos aqui para contribuir de forma construtiva, como tem sido, aliás, o nosso lema neste mandato. Aquilo que propomos, senhor Presidente, e antes de depois colocar umas questões adicionais, era a reformulação da carta o

mais brevemente possível, após o que aprovaremos e assinaremos, sem quaisquer reservas, na certeza de que a candidatura da Guarda tem tudo para ser vencedora. Muito obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, muito obrigado. Senhor Vereador António Monteirinho, quando falava na questão do 1 milhão de euros, era em relação a quê, desculpe? À candidatura? Não. Aquilo que nós prevemos, para já, sem embargo, naturalmente, de termos que fazer aqui mais alguma contratação ou não, mas para já não está previsto, são cerca de 20 mil euros. São 18 ou 19 mil, mais IVA. É isso que está previsto nesta candidatura. Não queremos gastar mais dinheiro. Como digo, não está previsto, mas não quer dizer que não possa ter que pedir mais alguma ajuda a alguém. Até porque, e nós tivemos o cuidado... e agradeço essa sua intervenção, até para desmistificar os rumores. Sim. A Guarda, às vezes, preocupa-se muito com os rumores. A Guarda, não estou a dizer que é o senhor Vereador. O conflito de interesses foi claramente verificado. Aliás, parte da equipa que nos está a ajudar neste processo já teve outras candidaturas vencedoras com a DG Artes, nomeadamente um projeto de seu nome All Aboard. Já tem algum currículo nessa matéria e a trabalhar com o Município da Guarda. E uma das pessoas que está envolvida dá aulas na Covilhã, na UBI, mas até é oriundo de outra latitude do país e lida muito com a Guarda. Não é desde agora, é desde há vários anos e por isso essa questão foi perfeitamente verificada. De outra forma não poderia ser, não é? Nunca podia ser uma coisa dupla, claro. No planeamento que foi feito, tem havido já reuniões com as juntas de freguesia, com associações, com escolas, onde estive, naturalmente, a senhora Vereadora. O senhor Vice-presidente estive em algumas também, eu estive numa outra também. Portanto, é o caminho

que está a ser feito. E devo dizer também, senhora Vereadora, que uma das coisas que está prevista é precisamente fazer uma reunião com os senhores. Mas, senhora Vereadora, isto é uma carta de compromisso, não é uma carta da candidatura. Uma carta de compromisso é um compromisso político, puro e duro. Posso-lhe dizer que poucas ou nenhuma das candidaturas estão a fazer isto. É uma carta de compromisso puramente política, onde queremos provar, perante a comissão de avaliação, que todo o Executivo Municipal está de pedra e cal com a candidatura. Coisa diferente é o conteúdo que a senhora aí falou, falou e falou bem, naturalmente, e tudo isso vai estar na candidatura. Isso e muito mais ainda. Aliás, a equipa está a verificar tudo aquilo que está a ser feito neste momento, tudo o que foi feito no passado, mais ou menos recente, o que se possa aproveitar de bom da candidatura à Capital Europeia da Cultura. Algumas coisas que se possam aproveitar, outras não, não sei. Mas isso aí são eles que estão a fazer essa análise. E já agora dizer que nesta carta de compromisso, está cá Capital Portuguesa da Cultura. Está aqui tudo corrigido, para que não haja, às vezes, alguma... Pronto, aqui está. Está tudo direitinho. Mas agradeço a atenção porque, às vezes, os erros de simpatia podem levar a isso. Por isso, senhora Vereadora, isto é uma carta de compromisso puramente política. Não é técnica. O que a senhora falou foi de conteúdo técnico. Aliás, podem debater tudo na reunião e os consultores vão falar convosco sobre isso, todo o trabalho que esta casa foi fazendo ao longo dos anos, independentemente dos interlocutores políticos que já passaram tantos por esta Câmara. Por isso esta carta não é uma carta da candidatura, é uma carta de compromisso político. E já agora dizer, senhora Vereadora, a senhora referiu que foram os vereadores do PSD que apresentaram essa intenção. A senhora, em parte,

está errada. Os senhores falaram isso na reunião de câmara, está correto. Mas os senhores não sabem aquilo que nós falamos nas nossas reuniões de coordenação. Portanto, se quer utilizar agora essa bandeira, faça o favor. Olhe, use lá essa bandeira. Mas o que importa é a carta de compromisso político, não o conteúdo de candidatura, para dar ainda mais força à candidatura. E é isso que nós estamos a fazer como um grande conjunto de entidades. É uma carta de compromisso, umas políticas, outras menos políticas, dependendo da instituição, porque nós preparámos cartas para um grande conjunto de entidades, mais de cem ou duzentas, espalhadas não só pela Guarda, mas pela região, pelo país, para nos poderem ajudar, digamos, a dar mais força. E, neste caso concreto, aqui, o que importa é a força política. E o ponto que aqui está e que pedimos a vossa aprovação, e agradecemos ao senhor Vereador António Monteirinho, e pedimos a vossa aprovação também, é uma carta de compromisso político, tão só e simplesmente. Não tem cá nada, se verificarem, não tem cá nada de conteúdo técnico da candidatura. Fala aqui naquilo que é a estratégia, a questão dos territórios de Espanha. Aliás, foi aquilo que nós enviámos na nota à imprensa. A base da nossa candidatura é muito essa, é o nosso distrito, porque ainda temos a figura do distrito e foi assim que tratámos, é a nossa Beira Alta, que nós consideramos que é diferenciadora, e esta ligação com Espanha. É talvez a única candidatura do país que tem esta relação bilateral com Espanha. Nenhuma das outras, independentemente da sua proximidade, mais ou menos em relação à fronteira, nenhuma tem esta proximidade com Espanha. E por isso essa é a nossa estratégia. O conteúdo da carta é puramente político, não tem conteúdo técnico. Isso está no

dossiê da candidatura propriamente dito e, na reunião que irá ser marcada, poderão naturalmente falar nessas e noutras questões que entendam falar.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Senhor Presidente, relativamente à proposta que nós apresentamos, não é sequer uma bandeira. Aquilo que eu referi foi que, obviamente, nós apresentámos a sugestão, independentemente de o Executivo ter ou não já pensado apresentar a candidatura. Aquilo que eu referi foi que nós, Vereadores da Coligação Guarda com Ambição, estamos tão interessados nesta candidatura e que ela seja vencedora que até a apresentámos. Portanto, estamos alinhados, penso eu, com um objetivo comum. Todos. Isso é que é verdadeiramente importante. Por outro lado, dizer-lhe apenas que eu percebo que a carta de compromisso seja uma carta de compromisso genérica, mas, ainda assim, nós sentir-nos-íamos mais confortáveis se houvesse algum aspeto diferenciador nesta carta de compromisso, senhor Presidente. E por isso, daí a minha sugestão. Obviamente, não seria preciso pôr cá tudo aquilo que eu disse, que, obviamente, está na candidatura. Mas a carta de compromisso, sobretudo a do Executivo, acho que deve ser identitária e deve ter alguma coisa, nem que seja o lema, nem que seja duas ou três linhas sobre aquilo que nos distingue em relação aos outros. Consideramos que há tempo para fazer e para reformular isso, assim haja vontade do Executivo. Nós estamos cá. Se quiserem, depois desta reunião, fazemos a alteração e assinamos sem qualquer... Sim, senhora Vereadora, estamos disponíveis para fazer e para colaborar, porque efetivamente temos interesse nesta matéria. Deixamos, obviamente, à vossa consideração. Só mais duas ou três questões relativamente a isto. Um dos documentos a apresentar com a candidatura, e queremos deixar aqui esta nota para que isto fique bem exposto, é o documento

da estratégia cultural municipal, senhor Presidente, ou um documento equivalente. Retomava aqui a sugestão que deixei no dia 11 de maio. E se, de facto, os consultores que estão a tratar de ajudar a Câmara a fazer a candidatura, quando retomarem o processo da candidatura à Capital Europeia da Cultura, vão-se deparar com o Plano Estratégico Municipal de Cultura 2030. Acho que era altura de o retirar da gaveta, senhor Presidente, e de o visitar, sobretudo aproveitando este instrumento de planeamento cultural, que é importante enquanto base científica indispensável para esta candidatura. Este seria um dos pontos. Outro ponto que eu queria perguntar: o senhor Presidente pretende reunir o Conselho Municipal de Cultura? Pergunto só porque eu não tenho memória disto, e se calhar falha minha. Este órgão consultivo já foi instalado? O regulamento foi publicado em 14 de maio de 2025 e não tenho ideia de ter havido alguma reunião, mas posso estar equivocada. De qualquer forma, pretende reunir ou não o Conselho Municipal de Cultura? Acho que ainda vamos a tempo, obviamente, de fazer esta reunião, da qual deve sair um apoio unânime, para além de todas as reuniões e de todas as diligências que se possam fazer. Se ele existe, se temos um Conselho Municipal da Cultura, então aproveitemos; se ainda não está instalado, para o instalar e para reunir com o objetivo de dar um apoio a esta candidatura. E deixar também aqui só mais duas notas. Uma: seria importante uma moção de apoio aprovada pela Assembleia Municipal. Já pensaram com certeza nisso. E haverá uma Assembleia Municipal ainda antes do término da entrega da candidatura, que é a 30 de setembro; seria importante uma moção de apoio aprovada pela Assembleia Municipal. E, por último, perguntar-lhe como é que se vai posicionar a CIM, face

às candidaturas da Guarda e da Covilhã? Seria importante também ver como é que pode haver aqui algum tipo de compromisso por parte da CIM. Muito obrigada.” --

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, só uma questão mais formal, só para acrescentar: eu acho que nessa carta, que vai ser mais política e genérica, devia constar o nome dos Vereadores, do Presidente, do Vice-Presidente, completo, e a representação do partido. É só uma questão formal.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, e quem identificam. Senhora Vereadora, vou ler aqui pequenos excertos da carta, sobre a estratégia e não sobre conteúdo técnico: “Relações transfronteiriças e cooperação ibérica, assumindo a condição raiana da Guarda como elemento identitário, estratégico e diferenciador, capaz de reforçar pontes culturais com os territórios vizinhos.” Mais adiante: “A Guarda tem na sua história, na sua paisagem, nas suas comunidades, na sua condição de cidade de montanha e de fronteira e na criatividade dos seus agentes culturais, os fundamentos necessários para apresentar uma candidatura consistente, ambiciosa e agregadora.” Isto é a estratégia básica da nossa candidatura, não é conteúdo técnico. E por isso é que pedimos aos senhores que possam subscrever esta carta e, na reunião, dar esse e outros conteúdos, outros aportes que não tenhamos falado aqui ou que não tenha citado, para poder integrar a candidatura. Tudo isto só resulta se juntos estivermos neste processo. É a velha máxima de que juntos somos mais fortes. Por isso, isto é uma carta de compromisso político, onde está aquilo que é a estratégia desta candidatura e o compromisso político com esta estratégia. Tão só e simplesmente. É claro, nós já falámos sobre isso, não só o Conselho Municipal da Cultura, mas os outros conselhos municipais que estejam em funcionamento, ou que tenham que entrar em funcionamento, e que possam dar

aportes para a candidatura. São quatro ou cinco conselhos municipais. Dois dos quais vão ser ainda instalados, que é o da cultura e é o do desporto. É isso que está em cima da mesa também. Sobre a CIM, nós não vamos forçar a CIM a tomar uma posição, por razões óbvias. Sejam realistas. Realistas e não utópicos: se na mesma CIM há duas candidaturas, é mau para a CIM tomar partido pela Guarda ou pela Covilhã. Olhe, se calhar, se fôssemos à maioria da CIM, a maioria está no distrito da Guarda. Até podia vir pela Guarda. Mas para o ambiente, para o espírito CIM, não faz sentido. Eu próprio assumo isso. Não faz sentido a CIM tomar uma posição, a menos que seja uma posição muito holística e que dê para tudo, para a esquerda e para a direita - não sob o ponto de vista ideológico, mas sob o ponto de vista das estratégias. Não fará sentido a CIM tomar essa posição, porque não ficaria bem. Todos nós percebemos, todos nós compreendemos isso. Bom, em suma, aquilo que vos pedimos é que vocês acompanhem esta carta e, na reunião, coloquem lá essas questões, essas e outras de uma reflexão ainda mais ponderada que possam querer fazer; e falarem nessa reunião com os consultores, para que a candidatura possa ser ainda mais rica, porque duas cabeças pensam sempre melhor do que uma. Por isso é que vos pedimos que nos acompanhem nesta carta de compromisso, política, pura e dura, e com a estratégia, e onde efetivamente tem que estar o nome de cada um, o seu cargo, e o partido pelo qual é eleito. Porque dessa forma é que vai dar, digamos, o cunho político de que estamos todos juntos pelo mesmo objetivo.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Deixar só a nota daquela questão da Assembleia Municipal, pronto, ainda iremos a tempo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Temos que ver os timings. Ainda não sabemos ainda quando é que será a Assembleia Municipal. Estamos em caminhos paralelos.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Nem que seja já no final do percurso, nos últimos dias de setembro.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim. Nós não queremos deixar para a última hora, porque dá sempre asneira quando deixamos as coisas para o fim. Mas estamos a acompanhar o calendário, porque, ainda para mais, é um calendário de verão, é um calendário chato, mas é o que é, e, portanto, temos que cumprir aquilo que são os calendários.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Sim. De qualquer forma, só para terminar. Manifestamos então a nossa disponibilidade para reunir com a empresa, quando entenderem pertinente, para darmos os nossos contributos. Porque, senhor Presidente, nós estamos mesmo interessados nisto e estamos todos a lutar no mesmo sentido.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que sim, e agradecemos. E como a senhora Vereadora sabe bem, ainda mais do que se calhar qualquer um de nós, no processo da Capital Europeia da Cultura nada disto foi feito.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Sim. Houve partes que foram feitas, outras que não foram feitas, mas, de qualquer maneira, acho que agora temos que fazer as coisas como deve ser.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Olhe, esta discussão que estamos a ter aqui, saudável e construtiva, nunca foi feita no órgão colegial. Nunca foi feita.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Só para terminar, senhor Presidente, relativamente à questão da candidatura, eu creio que, daquilo que eu estive a ler no

aviso, a candidatura tem que vir à reunião de Câmara porque tem que ser deliberada. Pelo menos é isso que lá está.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “E todos os nossos contributos. Ou seja, temos que ter conhecimento da própria candidatura antecipadamente para depois nos podermos pronunciar e aprovar, em reunião de Câmara, a própria candidatura. Muito obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim. Muito obrigado.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, desculpe, é muito rápido. Só acrescentar aqui dois pontos que, entretanto, no meio daquilo que estavam a conversar, acho que é relevante. A questão da apresentação da candidatura, quando tiver formalmente os documentos todos, que seja uma apresentação pública e que possa ter algum impacto nacional.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Depois da data da apresentação. Sim.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Sim, pode ser. É aquilo que achar melhor. E que isso tenha alguma divulgação a nível nacional, que possa contribuir para... Aí, também a questão do marketing seria importante, e eu deixaria aqui só uma pequena anotação: não me parece que, com este orçamento, se possa fazer milagres. Há um conjunto de componentes que podem acompanhar isso...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, é um trabalho técnico. Virá o tempo depois dos influencers, usando assim um termo mais moderno. Muito bem.”

- **João Prata, Vereador:** “Focou a questão da Capital Europeia da Cultura, nós já conversamos sobre isso há quinze dias e, para mim, o assunto está encerrado. Mas só dizer que, quando foi da Capital Europeia da Cultura, eu estive em três reuniões.

Não só na qualidade de Presidente de Junta, mas também enquanto agente associativo e depois convidaram-me também quando foi a primeira reunião. Mas não vem ao caso. Volto a dizer, o que é importante é aproveitarmos o que de bom foi feito, porque não foi tudo mal como o senhor deixou expresso numa entrevista. Esse assunto estava encerrado, o senhor chamou à colação, mas só dizer o seguinte: aqui a minha colega há pouco focou a questão da estratégia da Cultura 2030. Sobre essa matéria, tem alguma coisa a acrescentar mais? Está integrada neste processo? Podemos ter mais acesso a este documento?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, tal como eu disse, todos os documentos produzidos no passado estão a ser todos revisitados pela equipa. Foi essa a ordem que tiveram. Todos, sem exceção. Sejam os livros amarelos ou de outra cor. Esse até era amarelo, acho eu. Portanto, estão a rever tudo e tirar naturalmente o melhor sumo de tudo o que ali está e fazer mais ainda. Sem tabus. E, este processo, só assim é que poderá resultar. Muito obrigado. Então, presumo que aprovamos por unanimidade. E agradecemos. Vou depois pedir aos serviços para se formatar o documento. Os senhores Vereadores também estão cá na Guarda e rapidamente chegam para assinar.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 2 – PROCEDIMENTO PARA CONSTITUIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GUARDA -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 76/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. -----

2. O Decreto Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, artigo 2º, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, nomeadamente: -----

a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; -----

b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; -----

c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); -----

d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; -----

e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. ---

3. O Decreto Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro determina ainda a constituição do Conselho Municipal de Saúde (nº 1 do artigo 9º), nos seguintes termos: -----

1- É criado, em cada município, o conselho municipal de saúde com a seguinte composição:-----

a) O presidente da câmara municipal, que preside;-----

b) O presidente da assembleia municipal;-----

c) Um presidente da junta de freguesia eleito em assembleia municipal em representação das freguesias do município; -----

d) Um representante da respetiva administração regional de saúde;-----

e) Os diretores executivos e os presidentes dos conselhos clínicos e de saúde dos agrupamentos de centros de saúde; -----

f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social, designado, anualmente, pelo órgão executivo de associação representativa das mesmas, em regime de rotatividade;-----

g) Um representante dos serviços de segurança social, designado pelo respetivo conselho diretivo;-----

h) Um representante das associações da área da saúde, por acordo entre as mesmas.

4. As competências do Conselho Municipal de Saúde (nº 3 do artigo 9º do Decreto Lei nº 23/2019) são as seguintes: -----

a) Contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal; -----

b) Emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde; -----

c) Emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários; -----

d) Propor o desenvolvimento de programas de promoção da saúde e prevenção da doença; -----

e) Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas;

f) Recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões sobre questões relativas à saúde; -----

g) Analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização objeto do presente decreto-lei, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema de saúde -----

5. O regimento do Conselho Municipal de Saúde é aprovado pela Assembleia Municipal do respetivo Município (nº 4 do artigo 9º do Decreto Lei nº 23/2019). ---

Atento o exposto, proponho ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e deliberação a proposta de constituição do Conselho Municipal de Saúde da Guarda, nos termos previstos artigo 9º do Decreto Lei nº 23/2019, devendo o mesmo ser composto da seguinte forma: -----

a) Pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que preside; -----

b) Pelo Presidente da Assembleia Municipal da Guarda; -----

c) Um presidente da junta de freguesia eleito em assembleia municipal em representação das freguesias do município; -----

d) Um representante da respetiva administração regional de saúde; -----

e) Os diretores executivos e os presidentes dos conselhos clínicos e de saúde dos agrupamentos de centros de saúde; -----

f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social, designado, anualmente, pelo órgão executivo de associação representativa das mesmas, em regime de rotatividade; -----

g) Um representante dos serviços de segurança social, designado pelo respetivo conselho diretivo; -----

h) Um representante das associações da área da saúde, por acordo entre as mesmas.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão?”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, isto decorre deste decreto-lei, mas, se me permite aqui uma opinião mais concreta. Em primeiro lugar, acho que este decreto-lei devia ter sido revogado, e vou explicar porquê. Na altura em que foi executado, não existiam ULS pelo país inteiro. Aquilo que existia era uma divisão, na maior parte do país, entre as unidades de cuidados hospitalares e as unidades de cuidados de saúde primários. E, quando foi feita esta legislação, era para transferir as competências dos cuidados de saúde primários para os municípios, não é? E, portanto, foi criado este decreto-lei para fazer isso. Na Guarda isso já não tinha qualquer aplicabilidade, porque os cuidados de saúde primários e hospitalares estavam completamente integrados nas poucas unidades locais de saúde que já existiam. Eu diria que é um formalismo. Agora, pelo país inteiro, também se agruparam todos em unidades locais de saúde. Haverá um ou outro que eventualmente não tivessem sido integrados e por isso é que, se calhar, mantiveram este decreto-lei em vigor. A saúde tem muitas especificidades e, portanto, pode ter acontecido isso. Mas votaremos favoravelmente. É mais um órgão consultivo e, portanto, a lei determina isso e não resta mais nada. Mas era só para deixar este apontamento. Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão, senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Sobre esta questão do Conselho Municipal de Saúde, sim, como referiu o senhor Vereador António Monteirinho, é dar sequência ao que está na lei. Ainda assim, senhor Presidente, este Conselho Municipal da Saúde, naquilo que nós pudermos enriquecer este conselho, eu diria que a parte sindical e a parte da ordem dos médicos poderia ser considerada, bem como outras áreas que têm a ver com a própria construção pública, digamos, loteamentos, habitações. Porque, hoje em dia, muito do que são as condições base de saúde para nós andarmos bem, digamos assim, na literacia da saúde, encaminha-nos muito para a importância do urbanismo das cidades, embora a Guarda seja um bom exemplo. Enfim, é sempre a descer ou sempre a subir. Mas, de todas as formas, deixamos aqui esta sugestão de podermos acrescentar mais entidades a este Conselho Municipal da Saúde. Pelo que eu percebo, a lei é taxativa em relação a como é que são constituídos os Conselhos Municipais da Saúde e quais são as competências que tem. Mas a parte sindical e a parte médica, creio que poderiam estar presentes também, bem como a parte relacionada com aquilo que é o urbanismo da cidade, do ponto de vista arquitetónico, do ponto de vista técnico. São áreas importantes, hoje em dia, na construção de uma cidade mais amiga das pessoas e para a saúde das pessoas. É apenas essa sugestão.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Só uma questão, senhor Chefe de Divisão, aqui estão as entidades que, nos termos da lei, estão previstas, sem embargo do próprio conselho poder chamar outras pessoas para poderem tomar parte das reuniões, independentemente da área. É assim, correto?” -----

- **Rui Nascimento, Chefe de Divisão de Desporto e Saúde:** “Boa tarde. Sim, aqui estão os membros que a lei faz referência que devem fazer parte. A ideia é, depois

do conselho estar constituído, aí sim, na sua elaboração, poderá ser acrescentado ou reduzido, consoante o regimento ou o regulamento que depois o município decida aplicar.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Então fica aqui esta indicação, porque têm toda a pertinência as questões referenciadas, para que mais experiências possam ser faladas, digamos, neste conselho, sempre a bem destas boas causas da saúde no nosso concelho. Muito obrigado. Então, presumo que vamos por unanimidade.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 3 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DA RECEITA DA BILHETEIRA DO TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA À ASSOCIAÇÃO PALIAR -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 62/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

A Associação Paliar, em parceria com a Unidade Local de Saúde da Guarda, apresentou, no passado dia 22 de maio de 2026, pelas 21h30, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, o espetáculo Volto já, de António Raminhos, integrado no Congresso Pali-Ativos '26; -----

O referido espetáculo constituiu uma mais-valia para o Congresso, permitindo uma reflexão sobre um tema sensível através da comédia, dirigido tanto aos participantes como ao público geral;-----

A cedência do Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda para a realização do Congresso e do referido espetáculo foi deferida em consonância com um dos princípios orientadores do Teatro Municipal da Guarda como sendo "um espaço privilegiado de promoção e difusão de atividades culturais, sociais e artísticas"; ----

A Câmara Municipal da Guarda deliberou, por unanimidade, aprovar, mediante a Proposta VCG n. °15/2026, a atribuição da receita de bilheteira à Associação Paliar, tendo sido considerado, para o efeito, o valor estimado de 4.740€ (quatro mil setecentos e quarenta euros), IVA incluído, conforme consta da referida Proposta, que se anexa e faz parte integrante da presente Proposta. -----

Após o apuramento da receita de bilheteira efetivamente obtida, verificou-se que o respetivo montante ascendeu a 6.465,00€ (seis mil quatrocentos e sessenta e cinco euros), IVA incluído;-----

Nessa conformidade: -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao digno órgão Executivo, para apreciação e deliberação, a retificação da proposta VCG n.º 15/2026 mediante a qual foi aprovada a atribuição da totalidade da receita de bilheteira à Associação Paliar, referente ao espetáculo Volto Já, de António Raminhos, realizado do dia 22 de maio de 2026, alterando o montante anteriormente aprovado de 4,740,00€ (quatro mil setecentos e quarenta), IVA incluído, para 6,465,00€ (seis mil quatrocentos e sessenta e cinco euros), IVA incluído, em resultado do apuramento da receita de bilheteira efetivamente obtida.-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, porque é que ocorreu esta alteração? O valor era um e depois foi determinado outro?” -----

- **Cláudia Guedes, Vereadora:** “Sim, porque fizemos a estimativa das pessoas que assistem. Depois houve aqui um acerto e achei justo e transparente trazer à reunião de Câmara qualquer tipo de ajuste.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 4 – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ATRIBUIÇÃO DA RECEITA DA BILHETEIRA DO TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA AO CENTRO CULTURAL DA GUARDA -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 63/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

O Centro Cultural da Guarda apresentou, no passado dia 27 de junho de 2026, pelas 16h00, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, o espetáculo de Ballet e Dança Moderna; -----

O referido espetáculo constitui um marco cultural na cidade da Guarda, integrando a programação do Teatro Municipal da Guarda praticamente desde a sua criação e envolvendo dezenas de jovens da região, contribuindo para a promoção da formação artística, da participação cultural e da valorização da dança enquanto expressão artística;-----

O Centro Cultural da Guarda desempenha um papel de reconhecida relevância na região, levando o bom nome da cidade da Guarda além-fronteiras; -----

O Município da Guarda tem o propósito de apoiar iniciativas de manifesto interesse cultural, que promovam o acesso à cultura, à participação da comunidade e o desenvolvimento de diferentes expressões artísticas; -----

Por decisão tomada em suplência no dia 18 de março de 2026, foi autorizada a atribuição ao Centro Cultural da Guarda da totalidade da receita de bilheteira do espetáculo de Ballet e Dança Moderna, realizado no dia 27 de junho de 2026. -----

Nessa conformidade: -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao digno órgão Executivo, para apreciação e deliberação, a ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada em suplência no dia 18 de março de 2026, ao abrigo do artigo 42º do CPA, e de acordo com o disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e n.º 1 das alíneas o) e u) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual da concessão de 100% da receita de bilheteira do espetáculo de Ballet e Dança Moderna ao Centro Cultural da Guarda, no valor 1.716,00€ (mil setecentos e dezasseis euros), IVA a 6% incluído, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 5 – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ATRIBUIÇÃO DA RECEITA DE BILHETEIRA DO TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL COPITUNA D’OPPIDANA -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 64/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

A Associação Cultural Copituna D'Oppidana assume um papel de relevância na nossa região, levando o bom nome da cidade da Guarda além-fronteiras;-----

O XXIII OPPIDANA - Festival de Tunas da Guarda constitui um marco cultural na cidade da Guarda, contando com vinte e três edições de sucesso; -----

A Associação Cultural Copituna D'Oppidana, suportou todas as despesas inerentes ao acolhimento das quatro tunas a concurso, promovendo, também, a economia local da cidade da Guarda; -----

O Município da Guarda tem o propósito de apoiar iniciativas que se considerem de forte relevância para o Concelho e que promovam o nosso território e afirmação regional e nacional; -----

Por decisão tomada em suplência no dia 1 de abril de 2026, foi autorizada a atribuição à Associação Cultural Copituna D'Oppidana da totalidade da receita de bilheteira do OPPIDANA - Festival de Tunas da Guarda, realizado no dia 18 de abril de 2026. -----

Nessa conformidade: -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao digno órgão Executivo, para apreciação e deliberação, a ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada em suplência no dia 1 de abril de 2026, ao

abrigo do artigo 42º do CPA, e de acordo com o disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e n.º 1 das alíneas o) e u) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual da concessão de 100% da receita de bilheteira do XXIII OPPIDANA - Festival de Tunas da cidade da Guarda, no valor 3.390,00€ (Três mil trezentos e noventa euros), IVA a 6% incluído, à Associação Cultural Copituna D'Oppidana, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto do artigo 1640 do Código do Procedimento Administrativo.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 6 – PROJETO - AULAS DE NATAÇÃO AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA GUARDA - ANO LETIVO 2026 /2027 ----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 77/2026

(Mandato 2025-2029)

O projeto "Aulas de Natação aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Guarda", desenvolvido pelo Município da Guarda, através da Divisão de Desporto e Saúde desde o ano letivo de 1999/2000, tem como objetivo a promoção da natação aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico através da frequência de aulas de natação nas Piscinas Municipais da Guarda. Este projeto constitui uma medida estruturante de intervenção desportiva, educativa e social. -----

No ano letivo de 2025-2026 frequentaram este projeto 1150 alunos com uma média de 8 e 10 aulas de natação por aluno durante o ano letivo.-----

Para a concretização deste projeto o Município da Guarda assegura o transporte dos alunos, disponibiliza os espaços necessários no Complexo de Piscinas Municipais e garante a orientação técnico-pedagógica das aulas, através da presença de dois professores da Divisão de Desporto e Saúde em cada sessão. -----

Este programa assume um papel fundamental na formação integral das crianças: ---

1. Importância Pedagógica -----

- Desenvolvimento Integral e Cognitivo: A prática da natação em idade escolar estimula a coordenação motora, o equilíbrio, a orientação espacial e o esquema corporal, competências diretamente correlacionadas com o sucesso na aprendizagem escolar.-----

- Promoção da Autonomia e Segurança: O meio aquático apresenta desafios singulares. A frequência destas aulas capacita os alunos com literacia aquática essencial, promovendo a autoconfiança, a superação de receios e, fundamentalmente, a segurança aquática, prevenindo o risco de afogamento.-----

- Inclusão e Igualdade de Oportunidades: Ao garantir o transporte gratuito e o acesso universal às Piscinas Municipais, o Município democratiza o acesso a uma modalidade que, de outro modo, poderia estar inacessível a muitas famílias, promovendo a coesão social e territorial. -----

2. Importância Desportiva -----

- Iniciação e Literacia Motora de Base: As aulas funcionam como o primeiro contacto estruturado com a modalidade, permitindo o desenvolvimento das competências aquáticas fundamentais (respirar, flutuar e propulsão).-----

- Combate à Sedentariedade: Numa fase em que os estilos de vida sedentários e o uso excessivo de ecrãs constituem uma ameaça à saúde pública, este projeto garante uma rotina de atividade física regular, combatendo a obesidade infantil.----
- Fomento de Hábitos de Vida Saudáveis: Ao proporcionar uma média de 8 a 10 aulas por aluno num ambiente lúdico e desportivo, o programa planta a semente do gosto pela atividade física regular, potenciando a retenção futura para a prática desportiva autónoma ou federada.-----

Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de continuidade do projeto “Aulas de Natação aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico da Guarda - Ano Letivo 2026 /2027 ao abrigo da competência material prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Achamos que é de louvar esta iniciativa e mantê-la ativa, uma vez que a prática desportiva, principalmente para estes alunos, é extremamente importante. Tendo condições para o fazer, que o façam.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 7 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À REALIZAÇÃO PROVA DO CAMPEONATO EUROPEU DE RADIO MODELISMO, DESIGNADO “EUROPEAN CHAMPIONSHIP B 1/8 OFF ROAD – 2026 -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 78/2026

(Mandato 2025-2029)

A Associação cultural e Desportiva os Beirões, de Maçainhas apresentou proposta de realização de uma prova do campeonato europeu de radio modelismo, designado “European Championship B 1/8 Off Road – 2026”, integrada no calendário internacional da EFRA nos dias 28 a 30 de Agosto, conforme ficha de evento em anexo, disponível em <https://www.efra.ws/events/ec-b-off-road-macainhas-portugal/> -----

O enquadramento no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho da Guarda (RMAACG), publicado no aviso 12482/2025/2 no DR de 15-05-2025, é o seguinte:-----

a) Artigo 18.º: o evento enquadra-se na área desportiva e no subprograma de ações pontuais, alínea b) do nº 2; -----

b) Artigo 56 e seguintes – apoio à realização de eventos desportivos -----

Considerando o interesse desportivo e a relevância da realização desta prova do campeonato europeu de radio modelismo para a promoção do concelho e dinamização da atividade desportiva, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de atribuição do apoio financeiro direto máximo de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros) destinado a assegurar a participação à realização do evento, incluindo a contratualização dos alojamentos solicitados com o enquadramento já enunciado no RMAACG. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Em relação ao ponto 7, que votamos a favor, só uma questão que já aqui foi colocada outras vezes, da nossa parte, em relação ao pagamento às associações. Sei que fizeram um acordo com os bombeiros e já foram pagos aos bombeiros. Mas em relação às associações, como é que está o processo? Quando é que começam a pagar?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nos próximos dias já vai ficar resolvido também.” --

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, deixe-me só colocar uma questão. Não está em causa o apoio. Vamos votar favoravelmente. Estes 6 mil e 500 euros é o apoio, mas existe algum orçamento apresentado pela associação para a realização deste campeonato europeu de radiomodelismo?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Penso que haveria um orçamento. Um orçamento mais elevado, naturalmente. Mas nós vamos até onde nós conseguirmos. Senhor Vereador Rui Melo, pode-nos, muito sucintamente, esclarecer, se faz favor? Bom... senhor Chefe de Divisão, houve um orçamento inicial da globalidade da realização e esta é a parte que nós podemos atribuir. Correto?”-----

- **Rui Nascimento, Chefe de Divisão de Desporto e Saúde:** “Sim. Eles fizeram a inscrição para poderem ser candidatos a obterem subsídios municipais. Portanto...”

- **Rui Melo, Vereador:** “Sim. Estou a ouvir com muitos cortes.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nós também. O ponto 7, sobre o apoio ao campeonato europeu de radiomodelismo, em que apresentaram um orçamento e este é o valor que nós efetivamente podemos dispor para apoiar o campeonato europeu. Correto? ... Não está fácil. Bom, mas enquanto... eu peço, já agora, que falem com o senhor Vereador para ver se o conseguimos ouvir, ainda que à

distância, sem ser por vídeo, só com som. Enfim, alguma questão mais sobre o ponto 7?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “O valor do orçamento, senhor Presidente.” --

- **Rui Melo, Vereador:** “Eu estou a ouvir-vos perfeitamente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas nós estamos a ouvir com cortes. Sim?” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Aquilo que eu estava a dizer é que, à semelhança de todos os eventos que o município aprova, é solicitado um orçamento e também um relatório sobre o impacto esperado desse evento. Portanto, o financiamento é proposto com base no custo total do evento e pelo impacto que tem para a economia e para a promoção do desporto no concelho.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ok. O valor do orçamento global, recorda-nos qual é que é?” -----

- **Rui Nascimento, Chefe de Divisão de Desporto e Saúde:** “Trinta mil euros.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente:** “OK. Eram trinta mil euros o orçamento global.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “O senhor Chefe de Divisão está aí, mas eu julgo que ascendia a mais de 30 mil euros.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “30 mil euros, sim. Acabou de referir. Ok. Muito obrigado.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 8 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS LIGEIROS NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DA GUARDA ----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 79/2026

(Mandato 2025-2029)

O nº 3 do artigo 17º do anexo I do Regulamento de Taxas e Outras Receitas (RTOR) publicado no DR de 25-01-2016 estabelece a obrigatoriedade de pagamento de ocupação de lugar um lugar de estacionamento para veículos ligeiros no Parque de Estacionamento da Plataforma logística da Guarda.-----

Tendo em conta o parecer jurídico 17/LCP/26 constante do DI 20733 de 04-08-2026, tenho a honra de propor ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal se digne submeter à reunião do Executivo para que este delibere sobre a isenção de pagamento de ocupação de um lugar de estacionamento para veículos ligeiros no Parque de Estacionamento da Plataforma Logística da Guarda cuja utilização se encontre funcionalmente associada ao estacionamento de veículos pesados no Parque TIR, constituindo aquelas um meio complementar de acesso e apoio ao exercício da atividade logística desenvolvida pelos respetivos utilizadores.-----

Esta isenção é efetuada ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 27º do RTOR considerando o manifesto interesse municipal devidamente fundamentado no parecer jurídico em anexo.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão, senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Senhor Presidente, nós recebemos a documentação e vemos o parecer jurídico que nos foi enviado junto com a documentação, mas pode explicar isto com mais simplicidade? Se é que nós percebemos bem aquilo que estava no parecer jurídico.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim. O que está aqui a ser proposto era uma coisa que estava a ser feita de uma forma irregular, que era o estacionamento de ligeiros sem pagar taxas no parque TIR. De ligeiros, dos próprios motoristas dos camiões. Portanto, este ponto é para resolver isso, com base no parecer jurídico: a isenção do estacionamento das viaturas ligeiras dos motoristas dos camiões, até ao limite do número de lugares que existe lá dentro do parque TIR. Ligeiros, sim. Não, os camiões continuam a ter a sua taxa, até porque estamos a falar de uma coisa irrisória. São cêntimos. Mas importa regularizar isto até à revisão do regulamento, do RTOR, que esperemos que venha aqui brevemente, sem embargo de outras coisas lá poderem ser referenciadas. Mas aqui é a isenção do estacionamento ligeiro, até ao limite do número de lugares, para os camionistas que utilizam o parque TIR. Presumo que podemos aprovar por unanimidade.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

**PONTO 9 – ALTERAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO 3/2026
RELATIVO AO PROCEDIMENTO DE " CONCURSO PÚBLICO
INTERNACIONAL DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DA GUARDA PARA INSTALAÇÃO E
EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA NOS ABRIGOS DOS TRANSPORTES
URBANOS, MUPIS (DIGITAIS OU NÃO), PAINÉIS DIGITAIS E PLACAS
DIRECIONAIS - CONCESSÃO N.º 2/2025 -----**

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 75/2026

(Mandato 2025-2029)

No Concurso Público Internacional de Concessão de Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação e Exploração Publicitária nos Abrigos dos Transportes Urbanos, Mupis, Painéis Digitais e Placas Direcionais, foi deliberado nomear para gestor do contrato o Técnico Superior José Pedro Gomes nos termos previstos no artº. 290 – A do Código dos Contratos Públicos, conforme clausula 16ª do contrato 3/2026.-----

Estando praticamente concluída a fase de instalação de equipamentos inicia-se agora a fase de exploração comercial, com necessidade de acompanhamento e verificação das condições estabelecias no CE no que respeita à gestão da ocupação do espaço público. -----

Face à necessidade de otimização dos recursos técnicos, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de deliberar a substituição do gestor do contrato 3/2026 José Pedro Gomes, pela TS Carla Bidarra da DA/STL nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 10 – NOVO CENTRO ESCOLAR DA GUARDA - ALTERAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 175/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

- 1- A Câmara Municipal deliberou a abertura do procedimento do concurso público de conceção para a elaboração do projeto do Novo Centro Escolar da Guarda; -----
- 2 - Nas peças do procedimento, elaborado pela Ordem dos Arquitetos, foi detetada a existência de um erro relativamente ao calendário do referido concurso; -----
- 3 - No artigo 27º dos Termos de Referência está expresso que “o calendário do concurso, a iniciar com a data de envio para publicação do respetivo anúncio na II Série do Diário da República será o seguinte:-----
- a) Pedidos de esclarecimento: até às 23:59 do 30º (trigésimo) dia após a data de envio do anúncio para publicação; -----
- b) Respostas aos pedidos de esclarecimento: até às 23:59 60º (sexagésimo) dia após a data de envio do anúncio para publicação. "
- 4 - De acordo com o n.º 1 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas;-----
- 5 - No n.º 5 do artigo 50 do referido Código, refere-se que até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação faz propostas, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso o órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) do n.º 1 do artigo 33º do

Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----

Alterar os Termos de Referência de acordo com o seguinte: -----

1 - Na alínea a) do artigo 27º, onde se lê "Pedidos de esclarecimento: até às 23:59 do 30º (trigésimo) dia após a data de envio do anúncio para publicação" deverá ler-se "Pedidos de esclarecimento: até às 23:59 do 40º (quadragésimo) dia após a data de envio do anúncio para publicação";-----

2 - Na alínea b) do artigo 27º, onde se lê Respostas aos pedidos de esclarecimento: até às 23:59 60º (sexagésimo) dia após a data de envio do anúncio para publicação" deverá ler-se "Respostas aos pedidos de esclarecimento: ate às 23:59 80º (octogésimo) dia após a data de envio do anúncio para publicação". -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 11 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS À HABITAÇÃO – RUA D. DINIS 36 E 38 A 42 E RUA DA FRATERNIDADE N.º 13, N.º 15/17 E N.º 23 - RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR E SUBSEQUENTES ATOS DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 174/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que,-----

1 - Uma das maiores preocupações atuais passa pelo aumento do custo de vida, associado ao agravamento da crise habitacional em todo o território português, que impede que muitas famílias, devido ao elevado custo, sejam impedidas do acesso à habitação, direito este consagrado na Constituição Portuguesa desde 1976; -----

2 - A empreitada de alteração e ampliação de edifícios municipais consiste na intervenção dos imóveis, garantindo as condições habitacionais condignas, aliado a uma melhor resposta no que respeita à acessibilidade e eficiência energética dos mesmos; -----

3 - Existe a necessidade de garantir a materialização atempada e urgente desta empreitada, uma vez que se encontram definidos e imperam prazos de execução vinculativos inerentes ao processo de formação e execução do contrato de empreitada, cujo não cumprimento poderá colocar em causa o financiamento deste investimento. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

- a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia 30 de julho de dois mil e vinte e seis, designadamente, a autorização da despesa, da decisão de contratar, a aprovação das peças do procedimento e a designação do júri do concurso público para a empreitada de "Alteração e Ampliação de Edifícios destinados à Habitação - Rua D. Dinis 36 e 38 a 42 e Rua da Fraternidade n.º 13, n.º 15/17 e n.º 23", nos termos do disposto nos artigos 36º, 38º, 40º e 67º a 69º e 109º do CCP, conforme documentos em anexo que fazem parte da presente proposta, retroagindo os efeitos da ratificação à data

do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Portanto, o ponto 11 é completar a informação que solicitámos anteriormente, portanto...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isso mesmo. Já lançámos e vem aqui a ratificar aquele lote que ficou deserto.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 12 – REQUALIFICAÇÃO URBANA PARA MOBILIDADE PEDONAL E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – BAIRRO DO TORRÃO – RATIFICAÇÃO DA ATA DO JÚRI DO PROCEDIMENTO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 166/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, o júri do procedimento elaborou informação, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, propondo a prorrogação do prazo para apresentação das propostas.-----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

- a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 29 de julho de 2026, designadamente, a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, nos termos do disposto no artigo 64º conjugado com o artigo 130º, ambos do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Prorrogação do prazo para apresentação do projeto. Significa que dentro do prazo não houve oponentes ao concurso, digamos assim, não é?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

**PONTO 13 – MUSEU DOS SABORES DA SERRA DA ESTRELA –
RATIFICAÇÃO DA ATA DO JÚRI DO PROCEDIMENTO –
ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO
PROCEDIMENTO -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 167/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, o júri do procedimento reuniu e elaborou a ata de análise aos esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais, que se anexa e faz parte integrante da presente

proposta, dando resposta aos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos interessados, dentro dos prazos estabelecidos pelo Código dos Contratos Públicos. -

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

- a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 31 de julho de 2026, designadamente, a competente decisão de acordo com o disposto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, sobre a aprovação da ata onde constam os esclarecimentos prestados pelo júri, a respetiva alteração das peças do procedimento e a respetiva disponibilização na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, retroagindo os efeitos de ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Presidente: “O senhor Vereador ri-se. Eu percebo porque é que se ri. Aliás, rimo-nos todos nessa matéria. Mas desta vez foi respondido em tempo útil. A diferença foi essa. Eu, nestas coisas, são questões técnicas e...” -----

- António Monteiro, Vereador: “Claro que sim, mas a questão é que todas as semanas...” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Até tive o cuidado de ler a parte técnica, até porque era pequena. Eram as luminárias e pouco mais. Portanto, ainda bem, foi respondido a tempo e horas.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

**PONTO 14 – EB DE MAÇAINHAS – 1ª FASE - APROVAÇÃO DE
TRABALHOS A MENOS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 171/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1- Na empreitada de “EB de Maçainhas – 1ª Fase”, adjudicada à firma Samuel Augusto Lda., verificou-se que se torna necessário proceder a trabalhos a menos, no valor de 20.000,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme informação, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta; -----

2 - O valor dos trabalhos a menos corresponde a 5,37% do preço contratual, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 381º do CCP, não resulta indemnização à firma.

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, na sua atual redação: -----

- a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 31 de julho de 2026, designadamente a aprovação dos trabalhos a menos, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do n.º 5 do artigo 164º do CPA e no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, tudo o que sejam trabalhos a mais e a menos, nós abtemo-nos.” -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.-----

PONTO 15 – EB DE MAÇAINHAS – 1ª FASE - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 172/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 - Na empreitada de "EB de Maçainhas - 1 a Fase", adjudicada à firma Samuel Augusto, Lda., verifica-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta; -----

2 - Estes trabalhos complementares, cuja natureza não constam nas peças do procedimento concursal, nem no contrato inicial, tornam-se estritamente necessários para a boa execução da obra, garantindo-se assim a prossecução do interesse público;-----

3 - A realização de trabalhos complementares resultante de circunstâncias não previstas, como referido, ascende aos 14.773,40€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 3,96%, inferior, portanto, ao

máximo estipulado no n.º 4 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 50%.-----

4 - Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, na sua atual redação: -----

• a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 31 de julho de 2026, designadamente a aprovação dos trabalhos complementares e a prorrogação de prazo por mais 15 dias, conforme o disposto no artigo 374º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do n.º 5 do artigo 164º do CPA e no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.-----

PONTO 16 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - ALTERAÇÃO DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO – APROVAÇÃO -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 170/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 - A empreitada de obra pública foi adjudicada à firma Isidro Pires da Silva, Lda., pelo valor de 4.151.910,22€+IVA; -----

2 - No decorrer da empreitada, visando a otimização das soluções construtivas, bem como a redução dos recursos, tempo de execução e redução do peso próprio do edifício, o empreiteiro, em concordância com o projetista, apresentou algumas alterações ao projeto de execução aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 06.03.2025, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em 22.04.2025. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte: -----

Aprovar as alterações ao projeto de execução de "Alteração e Ampliação de um Edifício para Alojamento de Estudantes do Ensino Superior". -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

PONTO 17 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 173/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 - A empreitada de obra pública foi adjudicada à firma Isidro Pires da Silva, Lda., pelo valor de 4.151.910,22€+IVA;-----

2 - No decorrer da empreitada, visando a otimização das soluções construtivas, bem como a redução dos recursos, tempo de execução e redução do peso próprio do edifício, o empreiteiro, em concordância com o projetista, apresentou algumas alterações ao projeto de execução aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 06.03.2025, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em 22.04.2025. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----

Aprovar as alterações ao projeto de execução de "Alteração e Ampliação de um Edifício para Alojamento de Estudantes do Ensino Superior". -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.-----

PONTO 18 - ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR -

**APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E
PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 177/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 - Na empreitada de "Alteração e Ampliação de um edifício para Alojamento de Estudantes do Ensino Superior", adjudicada à Firma Isidro Pires da Silva, Lda., verifica-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;-----

2 - Estes trabalhos complementares, cuja natureza não constam nas peças do procedimento concursal, nem no contrato inicial, tornam-se estritamente necessários para a boa execução da obra, garantindo-se assim a prossecução do interesse público;-----

3 - A realização de trabalhos complementares resultante de circunstâncias não previstas, como referido, ascende aos 320.777,52€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 7,72%, inferior, portanto, ao máximo estipulado no n.º 4 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 50%.-----

Considerando ainda que,-----

4 - Foi anteriormente submetido e aprovado na reunião do Executivo Municipal a execução de trabalhos complementares, no valor de 20.855,52€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

5 - A soma de ambos perfaz um valor de 341.632,52€, que corresponde a 8.22% dos trabalhos contratuais;-----

6 - Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----

1- Aprovar os trabalhos complementares no valor de 320.777,52€, acrescido da taxa de IVA em vigor, com uma percentagem de 7,72% do valor do contrato;-----

2 - A prorrogação do prazo de execução por mais 29 dias para execução dos trabalhos complementares, conforme o disposto no artigo 374º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isto decorre de alteração ao projeto de execução para dar mais celeridade à obra, que teve que ser feito.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Estive a ler um bocado a fundamentação que o empreiteiro apresenta ou a empresa que está a fazer e pareceu-me sensata a opinião dele. Agora, os valores...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim, eu também...”-----

- **João Prata, Vereador:** “Queria deixar essa palavra na ata dos Vereadores do PSD. Tecnicamente, parece-nos interessante a opção que o empreiteiro apresentou.”-----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.-----

PONTO 19 – INTERVENÇÕES EM INFRAESTRUTURAS DANIFICADAS PELOS INCÊNDIOS DE 2022 NA FREGUESIA DE FAMALICÃO DA SERRA - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 169/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 - Na empreitada de "Intervenções em Infraestruturas danificadas pelos Incêndios de 2022 na Freguesia de Famalicão da Serra", adjudicada à firma João Tomé Saraiva Sociedade de Construções, Lda., verificou-se que se torna necessário proceder a trabalhos a menos, no valor de 3.108,10€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme informação, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;-----

2 - O valor dos trabalhos a menos corresponde a 0,70% do preço contratual, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 381º do CCP, não resulta indemnização à firma.

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do

Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----

1 - Aprovar os trabalhos a menos, no valor de 3.108,10€, acrescido da taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem de 0,70% do valor contratual; -----

2 - Deduzir o valor dos trabalhos a menos ao preço contratual, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.-----

PONTO 20 – REQUALIFICAÇÃO DE RUAS NO BAIRRO NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS E BAIRRO DA LUZ – PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 168/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 - A empreitada de obra pública foi adjudicada à firma António Saraiva & Filhos, Lda., pelo valor de 496.800,00€+IVA e com um prazo de execução de 180 dias, tendo uma suspensão de prazo de 101 dias e uma prorrogação de prazo de 210 dias, sendo o termo final do contrato no dia 20 de agosto de 2026;-----

2 - Em 20.07.2026, foi solicitado pelo adjudicatário uma prorrogação de prazo de execução por mais 45 dias, justificando o atraso dos trabalhos devido a intervenções que ocorreram e ocorrem no local da empreitada por outras entidades, bem como atrasos significativos no fornecimento de materiais de construção;-----

3 - Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, verificaram-se transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos, atendendo ao atraso na sua execução.-----

Considerando ainda que,-----

4 - A firma encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos; -----

5 - Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

6 - Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo consequentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte: -----

- Conceder um prazo adicional de 45 dias, até ao dia 04 de outubro de 2026, para a conclusão dos trabalhos da empreitada.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

**PONTO 21 – LIMPEZA NOS DIVERSOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DA
GUARDA – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 176/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

1 - A prestação de serviços de "Limpeza nos Diversos Edifícios do Município da Guarda" foi adjudicada à firma Limparoma, Lda., tendo sido apresentado para a boa execução do contrato uma garantia bancária n.º 156.43.010119-6, efetuada na Caixa Económica Montepio Geral, a favor do Município da Guarda, no montante de 25.088,62€;-----

2 - O referido contrato foi celebrado a 12 de abril de 2024, pelo prazo de 1 ano, renovável por período igual até ao limite de 2 anos;-----

3 - O contrato já terminou e não existe no processo qualquer conflito ou reclamação da prestação dos serviços em causa, nem obrigações de correção de defeitos pelo cocontratante. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei no 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte: -----

A liberação integral da caução, ao abrigo do n.º 3 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Porque é que demorámos tanto tempo? A empresa até enviou um mail quase a ameaçar, entre aspas, que a câmara... isto foi de abril.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Chefe de Divisão, conseguimos responder a isto? Esta demora?”-----

- **Ricardo Amaral, Chefe de Divisão de Equipamentos e Infraestruturas:** “Foi devido à falha informática...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ficou pendurada.”-----

- **Ricardo Amaral, Chefe de Divisão de Equipamentos e Infraestruturas:** “Sim.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

**PONTO 22 - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE ENTRADA
NO MUSEU DA GUARDA, PISCINAS MUNICIPAIS E PASSADIÇOS DO
MONDEGO NO DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE – 12 DE
AGOSTO** -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 66/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

O dia 12 de agosto foi proclamado como o Dia Internacional da Juventude pela Assembleia Geral da ONU, de 17 de dezembro de 1999. Um dia que assinala o potencial dos jovens, destacando a sua relevância para a construção diária de um mundo mais solidário, com melhores condições de vida para todos e na linha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; -----

Os Jovens são agentes de mudança e inovação na edificação de um futuro, de Portugal e do mundo, mais promissor, desenvolvido e assente nos valores de cidadania, solidariedade, justiça e igualdade. A data pretende relembrar a necessidade de se investir na juventude, delineando estratégias e políticas locais, nacionais e internacionais que contribuam significativamente para esse objetivo, apoiando a qualificação e envolvimento dos jovens, para um futuro promissor e repleto de oportunidades; -----

O Município da Guarda, atento à preponderância da Juventude e da sua ação, tem implementado diversas medidas direcionadas aos jovens que visam a criação de melhores condições de vida e para que encontrem no seu concelho a concretização dos seus objetivos de vida. -----

Assinalar o Dia Internacional da Juventude é um passo simbólico além da concretização de outras iniciativas, com a gratuitidade de entrada, para os jovens até aos 30 anos, no Museu da Guarda, Piscinas Municipais e Passadiços do Mondego, permitindo-lhes, sem qualquer custo, usufruir de espaços identitários, de lazer e de cultura, bem como de convívio e partilha de momentos com os seus pares.-----

Nesta conformidade, e reunidas que estão as condições para proferir decisão, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao Digno Órgão Executivo, para que emane a competente deliberação, o que fará ao abrigo e nos termos consignados na alínea u), do n.º 1, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, relativa à proposta de gratuitidade de entrada no Museu da Guarda,

Piscinas Municipais e Passadiços do Mondego no Dia Internacional da Juventude – 12 de agosto - para os Jovens até aos 30 anos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, nós temos uma sugestão a fazer: hoje os jovens já não é só até aos 30 anos, portanto até aos 35.” -----

- **Cláudia Guedes, Vereadora:** “Esta questão dos 30 anos tem a ver com a Movijovem e com o Cartão Jovem...” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhora Vereadora, quem vai decidir politicamente é este órgão. Não há nenhuma imposição. Ele sugere e faz essa sugestão. Agora, politicamente, quem decide somos nós.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se for de cinco em cinco, daqui a pouco andamos de bengala e ainda somos jovens. E somos. A juventude é mais cá dentro do que fora.”

- **António Monteiro, Vereador:** “Se a esperança de vida também vai aumentando, também é normal que a idade de jovem também vá aumentando.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É preciso é qualidade de vida. Nós trancámos, se bem se recordam, naquela questão até do cartão jovem municipal, porque está interligado com as orientações nacionais e europeias, até aos 30 anos. E aqui exatamente da mesma forma, é até aos 30 anos.”-----

- **João Prata, Vereador:** “As iniciativas é que estão previstas para o Dia Mundial da Juventude no dia 12 de agosto? Já têm programa?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O programa vai ser lançado. Há de estar a ser lançado no Site.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de
executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião
quando eram dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai
ser assinada pelo Presidente, e por mim,
_____ Sérgio Manuel Reis
Abrantes da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, que a subscrevi.-----